



# Texto para discussão

263

**Arte da Economia**

*Fernando Nogueira da Costa*

Fevereiro 2016

Instituto de Economia  
UNICAMP



# Arte da Economia

*Fernando Nogueira da Costa*<sup>1</sup>

## Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o significado da frase “Política Econômica é mais Arte do que Ciência”. A metodologia de exposição partirá do exame da relação entre a Ciência Abstrata e a Arte de Decisões Práticas. Buscará respostas para as seguintes questões-chave: esta última (Arte) tem como pré-requisito o conhecimento daquela primeira (Ciência)? O conhecimento econômico se acumula através da cultura livresca ou da experiência vivenciada, propiciada pela repetição e aprendizagem em uma série de tentativas-e-erros? Entre uma (Ciência) e outra (Arte), não há um “salto epistemológico” no caso da não consideração das demais áreas de conhecimento representadas por Ciências Afins? A hipótese é que essa mediação, via Ciência Aplicada, é necessária para reincorporar o antes abstraído com a finalidade de teorizar os fenômenos econômicos puros. O pressuposto é que a Economia, como um Sistema Complexo, emerge de interações entre múltiplos agentes, cuja composição resulta de aspectos individuais, institucionais e valores culturais estratificados.

**Palavras-chave:** Metodologia econômica; Ciência abstrata; Arte das decisões.

## Abstract

### *Economy art*

The purpose of this article is to analyze the content of the phrase “economic policy is more art than science”. Exposure methodology will start examining the relationship between Abstract Science and Art-Making Practices. Seek answers to the following key issues: the latter (Art) has the prerequisite knowledge that first (Science)? The economic knowledge accumulates through the bookish culture or lived experience brought about by repetition and learning in series-and-error attempts? Between one (Science) and other (Art), there is an epistemological jump if the non-consideration of other areas of knowledge represented by Related Sciences? This mediation via Applied Science is necessary to reincorporate the prior abstracted in order to theorize the pure economic phenomena. The assumption is that the economy as a complex system, emerges from interactions among multiple agents, whose composition is the result of individual, institutional and stratified cultural values. The Theory of Science evolves similarly to artistic movements.

**Keywords:** Economic methodology; Abstract science; Art-Making Practices.

**Classificação JEL / JEL Classification:** B41 - Economic Methodology.

---

(1) Professor-Titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com> / <http://lattes.cnpq.br/6773853439066878>.  
E-mail: [fercos@eco.unicamp.br](mailto:fercos@eco.unicamp.br).

## Introdução

*Arte* é declinação do latim *ars*. O vocábulo é utilizado para designar mais do que as produções artísticas. Por exemplo, o aprendizado de uma língua é uma arte. No português, “fazer arte” expressa traquinagem infantil. Mas, essencialmente, o vocábulo serve para designar a capacidade criadora de pessoas que conseguem expressar sentimentos, emoções e ideias por meio de pinturas, esculturas, músicas, danças, etc. Por mais insólitos e desconcertantes que sejam os objetos artísticos, seu entendimento é possível, pois todos artistas partem de uma ideia e, depois, buscam o meio de expressá-la. O conceito é a chave de sua compreensão.

No dicionário, verifica-se que o substantivo feminino *arte* tem inúmeros significados:

1. o conjunto dos princípios e técnicas característicos de um ofício ou profissão;
2. artifício empregado para levar alguém ao erro; burla; engano, malícia;
3. travessura, traquinagem;
4. segundo tradição filosófica que remonta ao *platonismo*, habilidade ou disposição dirigida para a execução de uma finalidade prática ou teórica, *realizada de forma consciente, controlada e racional*;
5. segundo tradição filosófica que remonta ao *aristotelismo*, conjunto de meios e procedimentos através dos quais é possível a obtenção de finalidades práticas ou a produção de objetos; neste caso, apresenta-se *arte como técnica por oposição à Ciência*, vista como “conhecimento não aplicado”;
6. por extensão, o uso dessa habilidade nos diversos campos do pensamento e do conhecimento humano;
7. por extensão, o uso dessas habilidades nos diversos campos da experiência e da prática humana;
8. por extensão, acervo de normas e conhecimentos indispensáveis ao exercício correto de uma atividade;
9. tratado que encerra tais normas, procedimentos, cuja inicial é maiúscula, por exemplo, “a *Arte Poética* de Aristóteles” ou “a *Arte da Fuga* de Bach”;

10. por extensão, perfeição, esmero técnico na elaboração (*por oposição à espontaneidade natural*); requinte;

11. o próprio ofício, especialmente quando se trata de trabalho manual, por exemplo, “*a arte da marcenaria*”;

12. capacidade especial; aptidão, jeito, dom;

13. qualidade de experto; perícia, habilidade;

14. forma de agir; maneira, jeito;

15. caráter, índole, propensão;

16. habilidade para fascinar, seduzir ou enganar; arдил, artimanha, astúcia;

17. em estética, produção consciente de obras, formas ou objetos voltada para a concretização de um ideal de beleza e harmonia ou para a expressão da subjetividade humana, tal como nas *artes plásticas*;

18. por extensão, o talento, a contribuição própria da inteligência e da sensibilidade de um artista;

19. por extensão, a tendência geral e/ou a totalidade das manifestações artísticas em determinada época, fase, lugar, etc., por exemplo, “*a arte do Renascimento*” ou “*a arte expressionista*”;

20. obra humana, de funções práticas ou mágicas, e posteriormente considerada bela, sugestiva;

21. artes na manufatura ou indústria que ainda mantém tradições artesanais, por exemplo, “*a arte do vidro*” ou “*a arte do bordado*”;

22. em gráficas, qualquer original, em fase de leiaute ou de arte-final, a ser impresso;

23. em jornalismo, a editoria incumbida de preparar desenhos, selecionar e cortar fotos, cooperar com os diagramadores;

24. em publicidade, conjunto das atividades relativas à apresentação gráfico-visual de anúncios, cartazes, logotipos, etc.

25. em publicidade, setor ou grupo de profissionais em agência de publicidade responsáveis pela execução de raffles, leiautes, ilustrações, artes-finais, etc., para a produção de anúncios, encartes, cartazes, letreiros, painéis, etc.

26. armação ou aparelho utilizado em pescaria, por exemplo, “*arte de arrastar*”.

Em Economia, de início, o significado de *arte* remonta mais ao *platonismo* do que ao *aristotelismo*. O leigo que demoniza O Estado e louva O Mercado como virtuoso talvez entenda a Arte da Política Econômica como a segunda (“engano”) ou a terceira concepção (“traquinagem”)...

*Ciência* (também substantivo feminino), por sua vez, tem menos significados. *Ciência* é o conhecimento atento e aprofundado de alguma coisa. Obtém-se esse conhecimento como informação, noção precisa, consciência. Trata-se, então, de um conhecimento amplo adquirido via reflexão ou experiência. É o processo racional usado pelo homem para se relacionar com a natureza e a sociedade e assim obter resultados que lhe sejam úteis. Envolve um corpo de conhecimentos sistematizados que, adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, são formulados metódica e racionalmente.

À semelhança de *arte*, *ciência* pode ser vista também como atividade, disciplina ou estudo voltado para qualquer ramo do conhecimento. Por extensão, é o conjunto de conhecimentos teóricos, práticos ou técnicos voltados para determinado ramo de atividade, que exige talento, mestria, erudição, saber. No entanto, diferentemente de *arte*, *ciência* refere-se também ao conhecimento puro independente da aplicação.

Em Filosofia, é o conhecimento que, em constante interrogação de seu método, suas origens e seus fins, procura obedecer a princípios válidos e rigorosos, almejando especialmente coerência interna e sistematicidade por oposição à mera “opinião pública” – a pior entre todas as opiniões... Supõe-se que apenas a “opinião especializada” é formada por esse conhecimento.

Na metafísica grega ou no hegelianismo moderno, *ciência* é o conhecimento filosófico racional, absoluto e sistemático a respeito da essência do real, culminância de todos os saberes particulares e específicos. Na Filosofia ocidental, *ciência* é cada um dos inúmeros ramos particulares e específicos do conhecimento, caracterizados por sua natureza empírica, lógica e sistemática, baseada em provas, princípios, argumentações ou demonstrações que garantam ou legitimem a sua validade. Menos importante na Filosofia grega, tal sentido da palavra tornou-se hegemônico no decorrer do pensamento filosófico moderno.

Já “*ciências*”, citadas no substantivo feminino plural, referem-se aos conhecimentos ou disciplinas que mantêm articulações, semelhanças ou conexões sistemáticas, tendo em vista o estudo de determinado tema, por exemplo, “Ciências Econômicas” ou “Ciências Naturais”. São tanto disciplinas voltadas para o estudo sistemático da natureza e dos negócios, quanto para o cálculo matemático.

Partindo dessas considerações preliminares, o objetivo deste artigo é analisar o significado da frase “*Política Econômica é mais Arte do que Ciência*”. A metodologia de exposição partirá do exame da relação entre a Ciência Abstrata e a Arte de Decisões Práticas. Buscará respostas para as seguintes questões-chave:

- Esta última (Arte) tem como pré-requisito o conhecimento daquela primeira (Ciência)?
- O conhecimento econômico se acumula através da cultura livresca ou da experiência vivenciada, propiciada pela repetição e aprendizagem em uma série de tentativas-e-erros?
- Entre uma (Ciência) e outra (Arte), não há um “salto epistemológico” no caso da não consideração das demais áreas de conhecimento representadas por Ciências Afins?

A hipótese preliminar é que uma mediação, via Ciência Aplicada, é necessária para reincorporar o antes abstraído com a finalidade de teorizar os fenômenos econômicos puros. O pressuposto é que a economia enquanto atividade, tal como qualquer Sistema Complexo, emerge de interações entre múltiplos componentes, cuja composição resulta de aspectos individuais, institucionais e valores culturais estratificados. Logo, a Arte da Economia não pode prescindir da Ciência Aplicada.

Economia enquanto conhecimento exige o estudo dos postulados, conclusões e métodos dos diferentes ramos do saber científico, ou das teorias e práticas em geral, avaliadas em sua validade cognitiva, ou descritas em suas trajetórias evolutivas, seus paradigmas estruturais ou suas relações com a Sociedade e a História. Então, a Teoria da Ciência evolui analogamente aos movimentos artísticos.

## 1 Ciência abstrata

Ciência de algebeira refere-se ao saber superficial. *Ars gratia artis* (no latim) significa “a arte pela arte”, ou seja, a concepção de que *a arte justifica-se pela própria arte*. Trata-se do conceito sobre a autonomia da arte, privilegiando a estética e livrando-a de conotações funcionais, pedagógicas e/ou morais.

Neste caso, deve-se diferenciar as *artes plásticas*, aquelas que ocupam das reproduções ou criações de formas, como o desenho, a pintura, a gravura, a escultura, etc., das *artes liberais*. Na Idade Média, assim se designavam as matérias ensinadas nas escolas da época, seja as do *Trívio* (Gramática, Retórica e Dialética), seja as do *Quadrívio* (Aritmética, Geometria, Música e Astronomia). As *artes liberais* requerem estudo e grande aplicação da inteligência para aprender Gramática, Retórica, Lógica, Aritmética, Geometria, Astronomia, Engenharia e Medicina.

O conhecimento da *arte da retórica* é muito importante para entender como os economistas fazem a sua *ciência*. O estudo da retórica, enquanto *ciência da argumentação*, assume especial destaque na Economia a partir das publicações de “*The rhetoric of economics*” por D. N. McCloskey, nos Estados Unidos, em 1983, e “*A história do pensamento econômico como teoria e retórica*”, um ano depois, no Brasil, por Pêrsio Arida.

As controvérsias econômicas só se resolvem quando uma tese conquista maior poder de convencimento. “Controvérsias se resolvem retoricamente; ganha quem tem maior poder de convencer, quem torna suas ideias mais plausíveis, quem é capaz de formar consenso em torno de si” (Arida; 1984: 30).

Essa linha de pensamento contemporâneo acha que o avanço da teoria econômica depende da habilidade no uso das regras da retórica e da persuasão. É a aderência a essas regras que conferiria um caráter científico à Economia. *A Ciência Econômica seria a arte da retórica*.

Há um núcleo comum composta de *oito regras retóricas*, que garantiria a organização e a evolução satisfatória do saber em Economia. Sua rejeição excluiria o indivíduo discordante do círculo dos praticantes da Ciência Econômica:

1. **Simplicidade:** respeitada a complexidade, explicações simples têm sempre maior plausibilidade do que explicações complicadas;

2. **Coerência:** a capacidade de levantar problemas e equacioná-los de forma não degenerada, sem hipóteses *ad hoc* – forjadas a partir do fato que pretendem justificar ou explicar –, é uma virtude na argumentação;

3. **Abrangência:** a capacidade de explicar toda a evidência empírica disponível dá plausibilidade ao argumento;

4. **Generalidade:** o argumento que incluir seu rival como um caso particular adquire maior plausibilidade;

5. **Redução de metáforas:** a metáfora atinge seu máximo de eficiência retórica só no início do debate ou na apresentação de certas proposições originais; no decorrer da controvérsia, o argumento que se apresente menos carregado de metáforas tem maior plausibilidade;

6. **Formalização:** o argumento que puder ser formalizado tem maior poder de convencimento, desde que o público seja capaz de entender a formalização, do que aquele apresentado literalmente;

7. **Reinventar a tradição:** trata-se de uma estratégia de retórica que consiste em recortar o passado de forma a reivindicar para si uma tradição de pensamento e isolar o oponente como fruto de um desvio da tradição correta;

8. **Ignorar interesses práticos específicos:** nunca se menospreza o argumento do adversário por estar motivado em interesses específicos na medida em que se aceita que esses interesses práticos que, justamente, motivam e tornam os indivíduos simpáticos a determinados argumentos.

Ao examinar com atenção a conversa entre economistas, pode se descobrir as figuras retóricas sob a forma de *metáforas, analogias e argumentos de autoridade*. A conversação em Economia é difícil de seguir, quando não se adquiriu, durante um tempo, o costume de ouvi-la. Porém, a conversação que os economistas mantêm entre si com o fim de convencer-se mutuamente tem um interesse maior do que acadêmico, pois ela pode acabar influenciando na vida de todos os cidadãos.

A conversa entre economistas pode ser muita chata para leigos. Mas ninguém entende bem o que é interessante na Economia se não a tiver estudado



com atenção. Continua-se a indagação: ela é *arte* ou *ciência*? Ou então: *ciência* ou *ideologia*?

*Ideologia* é um termo que possui diferentes significados e duas concepções: a neutra e a crítica. No *senso comum*, o termo ideologia é sinônimo ao termo *ideário*, contendo o sentido neutro de conjunto de ideias, de pensamentos, de doutrinas ou de visões de mundo de um indivíduo ou de um grupo, orientado para suas ações sociais e, principalmente, políticas. Sob uma *concepção crítica*, ideologia pode ser considerado um *instrumento de dominação* que age por meio de *convencimento* – persuasão ou dissuasão, mas não por meio da força física – de forma prescritiva, alienando a consciência humana.

Nessa visão crítica, que a considera ideológica, a Economia seria composta por preconceitos travestidos de evidência científica. Assim, buscaria legitimação de certa forma de dominação social. Boa parte dos interesses particularistas seria legitimada pela própria ciência que deveria denunciá-los. Por exemplo, ela defenderia que os membros das “castas” são moral e cognitivamente superiores aos “párias”, portanto, convence a respeito da servidão voluntária dentro dessa insuperável hierarquia social.

Michael Oakeshott (1901-1990), um teórico conservador, criticava o *racionalismo* na política como um véu ideológico que obscureceria a vida real, isto é, as coisas práticas do dia a dia com que todos os políticos e partidos têm de lidar. As ações de um racionalista são uma resposta às suas crenças teóricas fixas em vez da experiência objetiva ou prática. Por memorizar e orientar-se por um manual de regras permanentes, está constantemente desconectado da realidade, agindo ao sabor de ideologia ou crença fixa, deduzida de teoria abstrata.

Acha que as tentativas racionalistas de se atribuir sentido lógico ao comportamento da sociedade, inevitavelmente, distorceriam e simplificariam os fatos. Indiferentes à incerteza, elas converteriam situações complexas em fórmulas simples apriorísticas. Seus seguidores só reconhecem a autoridade de sua própria razão. Sem empatia com os outros, agem como só eles entendessem o mundo e pudessem ver como deveria ser conservado ou transformado.

É muito perigoso na política, segundo Oakeshott (*O Livro da Política*; 2013: 277), agir de acordo com uma ideologia artificial em vez da experiência real de governar. O conhecimento prático é o melhor guia e a ideologia é conhecimento falso.

Nessa visão conservadora dos interesses dominantes, *ideologia* é a referência dos outros; *arte* é a própria habilidade em conduzir os negócios. Onde fica a *ciência*? Por essa ótica, apenas na academia, pois não seria útil para orientar decisões práticas...

A *ciência* é uma busca contínua pela verdade. “*A Verdade é o Todo*”, segundo Hegel. Movida pela curiosidade humana, a ciência trava uma luta perpétua para descobrir como o Universo funciona, desde as primeiras civilizações, confiando no raciocínio, na observação e na experimentação.

Pode-se confiar inteiramente no pensamento e em argumento sem fazer experimentações? Não, um rigoroso cientista deve se basear em prova empírica, não só em retórica. Um sistema lógico para o processo científico segue o método de fazer observações, construir uma teoria para explicar o que se passa e, em seguida, realizar um teste para verificar se a teoria funciona. Se parecer verdadeira, os resultados podem ser enviados para revisão dos colegas, quando pessoas da mesma área de conhecimento são convidadas a encontrar falhas e, assim, prová-la falsa, ou repetir a experimentação, assegurando a precisão dos resultados.

Daí o problema de elaborar uma hipótese ou previsão apenas de forma retórica, não passível de teste, e sujeita só ao contra-argumento ideológico dos próprios pares rivais. Como economistas raramente são capazes de realizar experimentações sociais *a priori*, isto é, antes das decisões práticas com impactos sociais, “a prova” só poderia vir pela observação estatística. Esta é um registro de dados do passado ao presente, que não provam nada a respeito de resultados futuros. Estes são incertos, pois são frutos de decisões descentralizadas, descoordenadas e desinformadas umas das outras.

Um experimento seria atrativo para o cientista se ao propor uma nova teoria pudesse fazer uma previsão de seu desfecho. Se a experiência resultar no previsto, então o cientista *a posteriori* tem a prova como respaldo.

De acordo com Karl Popper (*O Livro da Ciência*; 2014: 12), a Ciência jamais pode provar que uma teoria esteja correta, ela pode apenas desmentir suas deduções. Cada experimentação deve resultar na resposta prevista, mas bastará um único teste fracassado para falsear uma teoria.

O conhecimento científico opera por *indução*. Isso significa trabalhar a partir de observações particulares, tais como “todo cisne que vejo é branco”, em direção a princípios gerais como “todos os cisnes são brancos”. Mas esses princípios não podem ser comprovados, apenas refutados, por exemplo, pela observação de “um único cisne negro”. Para Karl Popper (1902-1994), na medida em que uma afirmação científica trata da realidade, ela deve ser falsificável.

Hans-Georg Gadamer (1900-2002) é associado à *hermenêutica*, vocábulo derivado do grego *hermeneuo*, que significa *interpretar*. Hermenêutica é o estudo sobre como os seres humanos interpretam o mundo. A interpretação de nossa existência é sempre um processo de aprofundamento da nossa compreensão, começando com *o que já sabemos*. Quando deparamos com *o que não sabemos*, sentimos a necessidade de atingir um nível mais profundo de compreensão.

Enquanto interpretamos determinados componentes, nosso sentido a respeito do Sistema Complexo começa a mudar. Quando nosso entendimento do todo muda, também poderá mudar nossa compreensão sobre cada parte. Isso é conhecido como o “círculo hermenêutico” (*O Livro da Filosofia*; 2011: 260).

Gadamer explorou essa abordagem circular em *Verdade e Método* (1960). Nossa compreensão é sempre a partir da perspectiva de um ponto particular na história. Nossos preconceitos e crenças, os tipos de perguntas que julgamos que valem a pena ser feitas e o tipo de respostas com as quais ficamos satisfeitos, tudo é produto de nossa história.

Cada casta tem certo *éthos*. Este é o conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento (instituições, afazeres, etc.) e da cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região. Trata-se da reunião de traços psicossociais que definem a identidade de uma determinada cultura. Então, como não nos

livramos dos nossos *valores culturais*, nunca podemos alcançar uma perspectiva absolutamente objetiva e atemporal.

A interpretação do mundo sempre ocorre dentro de uma época histórica particular que nos proporciona *preconceitos e predisposições*. Sem esse sistema de interpretação não seríamos capazes de ver nada. Não há, portanto, como nos livrar dos preconceitos e predisposições para compreender o mundo. Em outras palavras, “a história não nos pertence, nós pertencemos a ela”.

Mas é possível (e necessário) uma “conversa com a história”. Com a leitura de textos clássicos, provenientes de outras gerações, por contraste percebemos nossas próprias normas culturais e preconceitos, ampliando a compreensão sobre nossas vidas no presente, o que nos incentiva (ou não) a mudá-las. Nesse sentido, não apenas lemos, somos também “lidos” por grandes autores.

Por exemplo, ao relermos a obra clássica de Adam Smith, *A Riqueza das Nações: Investigação sobre a Natureza e suas Causas*, publicado no ano da Declaração da Independência dos Estados Unidos (1776), quando as primeiras máquinas a vapor entraram em operação nas fábricas britânicas, marcando o início da Revolução Industrial, temos de inseri-la em seu contexto histórico. O conceito abstrato de “homem econômico racional” foi crucial para sua tese em defesa da liberalização do comércio exterior, dada a vantagem comparativa da Inglaterra.

Smith argumentou que os indivíduos tomavam decisões econômicas com base na razão e em interesse próprio, não pelo bem da sociedade. Quanto lhes permitiam agir desse modo individualista, em uma sociedade livre com mercados competitivos, uma “mão invisível” guiaria a economia para o bem de todos. Nasceu, então, a ideologia em defesa da propriedade privada e de uma economia de livre mercado a fim de garantir a prosperidade e a liberdade individual.

A maioria dos modelos econômicos neoclássicos sustenta-se nessa hipótese de que as pessoas são, em essência, seres racionais e egoístas. O estereótipo do *Homo Economicus* supõe que todo indivíduo tome decisões apenas para aumentar seu bem-estar, baseado em uma avaliação ponderada de todos os fatos. Então, abstrai-se, entre outros fatos notáveis, os erros

comportamentais recorrentes, o altruísmo, as restrições institucionais e a assimetria de informações entre indivíduos em um Sistema Complexo.

A ideia abstrata do *Homo Economicus* sustenta a Teoria da Escolha Racional. Supõe que todo tipo de decisões econômicas e financeiras são tomadas com base na avaliação do custo / benefício.

Ao contrário desses pressupostos, as descobertas da Economia Comportamental mostram que os indivíduos são heterogêneos, agem rapidamente sob impulsos emocionais, não pensando devagar, mas sim rapidamente, repetindo comportamentos equivocados, baseados em “regras-de-bolso”, isto é, em hábitos arraigados aprendidos na (má) “escola da vida”. Estas maneiras de pensar estão gravadas na memória, nos costumes, na cultura do indivíduo ou da coletividade de forma a ser impossível esquecer, superar ou deixar de lado.

O *reduccionismo* neoclássico é o procedimento ou a teoria econômica que decompõe (reduz) todo dado ou fenômeno complexo a seus termos mais simples e considera-os mais fundamentais do que o próprio fenômeno. Faz uma redução sistemática de um domínio do conhecimento a um outro mais particular, tido como mais fundamental, por exemplo, a Economia à Matemática e esta apenas à lógica formal.

Em defesa da ideologia do *individualismo*, prega a doutrina moral, econômica ou política que valoriza a autonomia individual, em detrimento da hegemonia da coletividade despersonalizada, na busca da liberdade e satisfação das inclinações naturais. Na *teoria econômica liberal*, é a tendência argumentativa que advoga a superioridade da liberdade individual na iniciativa econômica, em contraposição à ineficácia da ingerência estatal. No *pensamento político liberal*, é a perspectiva segundo a qual a liberdade individual deveria prevalecer sobre o autoritarismo estatal.

Como se doutrina a partir de um livro-texto ou um curso de Introdução à Economia? Parte do conceito de Economia, estabelecido pela Ciência Abstrata, ou seja, define o que são os fenômenos puramente econômicos. Em outras palavras, depura a realidade, repartindo-a, em uma divisão de trabalho com Ciências Afins.

Define que a *Economia Pura* estuda a maneira como se administram os recursos escassos com o objetivo de produzir bens e serviços e distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade. Logo, ela estuda como os indivíduos fazem suas escolhas, tomando decisões em que consideram suas restrições orçamentárias. Em contraponto com a ideia de “leis sociais” da *Economia Política*, tudo é reduzido a (e deduzido de) o sujeito, isto é, à sua suposta “liberdade” de fazer a melhor escolha para si, obviamente, face à escassez...

Em seguida, de imediato, faz nova repartição entre a *micro* e a *macroeconomia*. A primeira é o ramo da Ciência Econômica que estuda o comportamento das unidades de consumo representadas pelos indivíduos e pelas famílias; as empresas e suas produções e custos; a produção e o preço dos diversos bens, serviços e fatores produtivos. Em outras palavras, a *microeconomia* ocupa-se da forma como as unidades individuais que compõem a economia — consumidores e produtores de bens ou serviços que são detentores de fatores de produção como capital (empresas), força de trabalho (trabalhadores) e terra (lavradores e latifundiários) — agem e reagem umas sobre as outras.

Já a *macroeconomia* é a parte da Ciência Econômica que focaliza o comportamento do sistema econômico como um todo. Tem como objeto de estudo as relações entre os grandes agregados estatísticos: a renda nacional, o nível de emprego e dos preços, o consumo, a poupança e o investimento totais. Esse direcionamento keynesiano fundamenta-se na ideia de que é possível explicar a operação da economia como um todo sem que haja necessidade de compreender o comportamento de cada indivíduo ou empresa que dela participam. Os pós-keynesianos, no entanto, extrapolam e generalizam o conceito microeconômico de preferência pela liquidez para toda a esfera da circulação, dando uma causa monetária como explicação do desemprego.

Ao detectar as forças gerais que impelem os agregados em determinada direção, a macroeconomia neoclássica estabelece as chamadas forças de “ajuste” ou “equilíbrio”, que explicam o comportamento econômico, caracterizando-o, de forma mecânica, como um sistema de igualdades de equilíbrio geral. É suposto que a demanda agregada de algum bem deve ser igual à oferta agregada desse mesmo bem.

Uma visão alternativa a essa tradição baseia-se na Ciência da Complexidade. Supera a ótica mecanicista, inspirada na Física newtoniana, e adota tanto o *relativismo* einsteiniano quanto o *evolucionismo* darwiniano.

O *relativismo* refere-se à qualidade do que é relativo, ou seja, é o ponto de vista epistemológico adotado pela sofística, ceticismo, pragmatismo, etc., que afirma a relatividade do conhecimento humano e a incognoscibilidade do absoluto e da verdade, em razão de fatores aleatórios e/ou subjetivos tais como interesses, contextos históricos, etc., inerentes ao processo cognitivo. Estabelece-se, então, uma doutrina segundo a qual os valores morais – como o individualismo libertário – não apresentam validade universal e absoluta, diversificando-se ao sabor de circunstâncias históricas, políticas e culturais.

O *evolucionismo* é a doutrina segundo a qual toda a cultura de uma sociedade é resultado constante de um processo evolutivo. Refere-se a qualquer teoria que explique a evolução das espécies ao longo do tempo, ou seja, o transformismo do darwinismo ou do neodarwinismo. Faz oposição ao *criacionismo*, que é a doutrina baseada no Gênesis bíblico, segundo a qual o mundo foi criado por Deus a partir do nada, e todos os seres vivos tiveram criação independente e se mantêm biologicamente imutáveis. Também refuta o conjunto de *doutrinas “racistas”*, entre as quais se destacam a de Spencer (1820-1903) e a de Bergson (1859-1941), que considera a concepção filosófica evolucionista – o desenvolvimento inevitável da realidade humana e social em direção a estados mais aperfeiçoados – um modelo explicativo fundamental para o incessante fluxo de transformações do mundo natural, biológico, social e espiritual.

*Avant la lettre*, adotei algo próximo dessa metodologia científica da complexidade no meu livro “*Economia em 10 Lições*”, integrando a microeconomia e a macroeconomia e não as separando em duas partes justapostas artificialmente, como é convencional em livro-texto. Os componentes da economia configuram um Sistema Complexo, cuja trajetória (caótica, auto-organizada ou regulada), em cada estágio ou escala, deve ser interpretada através das resultantes das interações entre si. Sejam eles comportamentais, institucionais ou evolucionistas, é possível teorizá-los.

Pode-se confrontar as decisões individuais, dependentes de acumulação prévia (ou não) de capital, umas de trabalhar e/ou estudar face a

outras de escolher ativos (aplicar ou selecionar carteira de investimentos), lançar ações (associar-se), tomar financiamento, competir, inovar, conquistar mercado, determinar margem de lucro, fixar preços relativos. Esboça-se, assim, uma moderna Teoria da Firma.

Ao tratar do *mercado de ativos*, formas de manter riqueza, entre as quais em ativos monetários plenamente líquidos, emerge o fenômeno macroscópico da evolução do nível geral de preços, ou seja, da inflação. Examina-se os atos de criar ou emitir moeda, racionar crédito, e cobrir riscos em conjunto com a dificuldade de equilibrar a demanda agregada monetária e a oferta agregada de bens e serviços, ou seja, controlar a inflação. Assim, discute-se a inflação e a deflação de ativos, isto é, a detonação de crise financeira no *mercado de capitais*.

Quanto à decisão de produzir, podem ser apresentadas a concepção clássica e a marxista. A Teoria da Produção neoclássica refere-se apenas à questão dos custos e da elasticidade da demanda ao preço. A medição dos fenômenos emergentes pelas interações dessas decisões exige a construção (e o conhecimento) do Sistema de Contas Nacionais e da Matriz Insumo Produto.

Sobre o nível de emprego e/ou o *mercado de trabalho*, é necessário apresentar as explicações de salário nominal e emprego, de acordo com a teoria convencional (síntese neoclássica, monetarismo, novoclassicismo), o pós-keynesianismo e o novo-keynesianismo. Exige estudar como funciona o mercado de trabalho não-qualificado, em uma economia atrasada, e quais são os reflexos das transformações tecnológicas e econômico-financeiras recentes no mundo do trabalho.

Da distribuição de renda, concessão de crédito e disponibilidade de riqueza líquida emerge a demanda agregada. Nesse caso do *mercado de bens e serviços*, necessita-se conhecer as teorias decisões de consumir (Teoria do Consumidor), investir (Keynes e Kalecki), inovar (Schumpeter), de gastos governamentais e de obtenção de superávit comercial. Tudo isso envolve a discussão do ciclo e da tendência, ou seja, da evolução desse Sistema Complexo. Correlaciona-se também com o estudo do desenvolvimento econômico nacional. Nesse caso, vale conhecer as teorias clássicas e modernas do crescimento econômico.



Sobre as relações internacionais, é necessário tratar do *mercado de câmbio* e da cobertura do risco de câmbio através do uso de derivativos, além de conhecer todas as abordagens econômicas do balanço de pagamentos. Os fatores determinantes da taxa de câmbio e do balanço de pagamentos relacionam-se com a discussão de ataque especulativo, em regime de câmbio fixo, e de bolha especulativa, em regime de câmbio flexível.

As decisões de políticas macroeconômicas, em economia aberta, devem ser estudadas após conhecer esses conceitos básicos. Conjuntamente com a política cambial, pode-se entender como se faz política monetária junto ao mercado de reservas bancárias e discutir a importância de coordenar com a política fiscal. Apresentar o modelo de equilíbrio geral em economia aberta e os instrumentos de política monetária e fiscal em distintos regimes de câmbio exige considerar os distintos graus de mobilidade dos fluxos de entrada e saída de capital do país. Complementa-se o conhecimento do uso consistente desses quatro instrumentos de política econômica, em economia aberta, com o da nova Teoria do Comércio Internacional.

Finalmente, conclui-se esse moderno curso de Introdução à Economia com uma visão sistêmica complexa, apresentando a abordagem circucionista. Acompanhando cada fase estilizada do circuito monetário, avalia-se a possibilidade de crise sistêmica.

## **2 Ciência aplicada**

Qual é a passagem da microeconomia para a macroeconomia? Quando vai tomar decisões práticas de política econômica o economista abandona a primeira e abraça a segunda sem nenhum pudor pela ausência de mediação?

A *Ciência Aplicada* seria a camada intermediária de reincorporação do que antes foi abstraído para se extrair conceitos referentes aos fenômenos econômicos puros. São eles, por exemplo, a produção, a distribuição e a circulação monetária. Ou os atos de produzir, estocar, vender, financiar, aplicar, gastar, seja em consumo, seja em investimento, etc.

A *Arte da Economia*, além de ser datada e localizada, envolve experiência, habilidade e conhecimento teórico como pré-requisitos. Porém, o “vício ricardiano” de saltar do abstrato diretamente para o concreto, sem rede

de amparo em conhecimentos de outras Ciências Afins, leva ao economista estrebuchar-se no duro chão da realidade.

A reflexão metodológica é similar à encontrada na Sociologia quanto à passagem do nível do indivíduo para o da sociedade. Como os agentes econômicos, sociais e políticos, que são seres humanos com comportamentos psicológicos e valores culturais distintos. Estes variam de acordo com os contextos históricos.

Os indivíduos têm um senso de pertencimento ou solidariedade social? O sentido de propósito e destino compartilhados diminui à medida que a sociedade amplia-se e amadurece. O nível de coesão social afeta a possibilidade de tomar determinadas decisões de política econômica que afetam de maneira distinta os indivíduos e/ou as classes sociais, por exemplo, um ajuste fiscal quando a estrutura tributária é regressiva. É necessário criar um consenso a respeito da necessidade de certos gastos públicos, como os sociais e os investimentos em infraestrutura, para a sociedade suportar a elevação da carga tributária.

Os custos sociais estão em jogo à medida que o progresso avança. Se concordamos com o credo liberal que o crescimento da economia de mercado é guiado pelo interesse próprio, devemos também avaliar se tal desenvolvimento econômico se dá à custa dos valores tradicionais de cooperação e solicitude.

Quando as sociedades se baseiam em famílias ou pequenas comunidades, o espírito comunitário é impulsionado por ideias de honra e lealdade. Quando emerge o capitalismo, baseado em interesses e iniciativas particulares, esses valores são substituídos pela impessoalidade anônima. Para não se atingir um colapso social, é necessária a promoção de um sentimento de espírito cívico, incentivando as pessoas a agir no interesse da sociedade em vez de pensar apenas no próprio interesse.

*Mercantilismo* é o nome dado a um conjunto de práticas econômicas desenvolvido na Europa na Idade Moderna, entre o século XV e o final do século XVIII. O *mercantilismo* caracterizou-se por uma forte intervenção do Estado na economia. Consistiu em uma série de medidas econômicas diversas,

mas todas tendentes a unificar o mercado interno e a desenvolver determinado território. A finalidade maior foi a formação de sólidos Estados-nacionais.

E.K Hunt & Mark Lautzenheiser, em seu livro *História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica*, destacam que, durante todo o período do mercantilismo, o novo individualismo levou a inúmeros protestos contra a subordinação dos assuntos econômicos à vontade do Estado. Desde meados do século XVII, quase todos os autores mercantilistas condenaram os monopólios concedidos pelo Estado e outras formas de proteção e favoritismo na economia interna, contrariamente ao comércio internacional.

“A maioria dos autores mercantilistas era formada de capitalistas ou empregados privilegiados de capitalistas. Por isso, era muito natural que percebessem os motivos dos capitalistas como universais. Das ideias dos capitalistas sobre a natureza da humanidade e suas necessidades de serem livres das grandes restrições econômicas é que nasceu a *filosofia do individualismo*, que serviu de *base para o liberalismo clássico*”. Contra a visão bem ordenada e paternalista que a Europa tinha herdado da sociedade feudal, eles sustentavam “a ideia de que o ser humano deveria ser independente, dirigir-se a si mesmo, ser autônomo, livre – deveria ser um indivíduo, uma unidade distinta de massa social, e não ficar perdido nela”.

Hunt e Lautzenheiser (2013) citam a ética protestante na formação do espírito do capitalismo *a la* Max Weber. “Um dos exemplos mais importantes desse individualismo e dessa filosofia de classe média foi a *teologia protestante*, que surgiu com a Reforma. Os novos capitalistas da classe média queriam ter liberdade, não só em relação às restrições econômicas que atrapalhavam a produção e o comércio, mas também em relação ao opróbrio moral que a Igreja Católica tinha associado aos seus motivos e às suas atividades. O *protestantismo* não só os libertou da condenação religiosa, como também acabou transformando em virtudes os motivos pessoais, egoístas e aquisitivos que a Igreja medieval tanto desprezara.”

Enquanto na época das revoluções republicanas, burguesas e industriais, Adam Smith e outros pensadores clássicos buscaram explicar as rápidas mudanças da sociedade em termos econômicos, faltou uma explicação para o progresso socioeconômico que englobasse as teorias políticas além das

econômicas. Henri de Saint-Simon (1760-1825) sugeriu que existe um *padrão de progresso social*. A sociedade passa por uma série de estágios.

A *Lei dos Três Estados* afirma que nosso entendimento dos fenômenos macrossociais passa por três fase:

1. o *Estado Teológico*, no qual um deus ou vários deuses são citados com a causa desses fenômenos;
2. o *Estado Metafísico*, quando a explicação se dá através de entidades conquistadas, para a sociedade ser ordenada de acordo com princípios e ideias seculares, especialmente, os direitos à liberdade e à igualdade; e
3. o *Estado Positivo*, no qual o conhecimento é verificado por métodos científicos.

Seu pupilo, Auguste Comte (1798-1857), foi quem desenvolveu mais essa ideia seminal a partir de uma abordagem abrangente do estudo da sociedade baseado em princípios científicos. Imerso no *iluminismo*, sua maneira de pensar era baseada nos ideais da *Era da Razão*. Com foco racional e objetivo, propôs que todos os ramos da árvore do conhecimento deveriam adotar os princípios científicos e basear sua teoria na observação. O *positivismo* afirma que o conhecimento válido sobre qualquer objeto só pode derivar do questionamento positivo científico.

Comte foi além dos relatos meramente descritivos dos estágios societários como as fases de caça e coleta, o nomadismo, a agricultura e o comércio e indústria. Ele sentiu que era necessário ter uma compreensão completa das outras Ciências e de seus métodos antes de tentar aplicá-las ao estudo da sociedade.

O mais importante era o *princípio da verificação através da observação*: as teorias sustentadas pela evidência dos fatos. É necessário também ter uma *hipótese* para orientar a direção da pesquisa científica e para determinar o escopo da observação.

Ele dividiu a Sociologia em dois amplos campos de estudo:

1. a *Estática Social* refere-se às forças que determinam a ordem social e mantém as sociedades coesas;

2. a *Dinâmica Social* contempla as forças que determinam a mudança social.

Comte acreditava que, assim com as Ciências haviam resolvido problemas do mundo real, a Sociologia, sendo a Ciência unificadora de todas as outras Ciências, podia ser aplicada aos problemas sociais para criar uma sociedade melhor. A opinião pública se divide entre aqueles que querem a *ordem* e aqueles que exigem o *progresso*. O *positivismo* oferece uma terceira via: *ordem-e-progresso*, ou seja, um curso de ações racionais mais que ideológicas, baseado no estudo objetivo da sociedade.

No entanto, a reputação positiva anterior de Comte foi ofuscada quando sua obra passou a refletir uma mudança em seu pensamento. Abandonou uma abordagem científica que analisava objetivamente *como a sociedade era* (“Economia Positiva”) para uma defesa quase religiosa ou ideológica de *como ela deveria ser* (“Economia Normativa”). Ele perdeu seguidores entre os liberais quando propôs um governo desenvolvimentista que, para eles, violaria a liberdade individual.

No mesmo contexto de convulsões sociais, Karl Marx (1818-1883) ofereceu uma análise do progresso social baseada na Economia Política. Propunha a mudança social com base na ação político-ideológica, e não no racionalismo positivista. Transformou a busca da utopia socialista em um determinismo “científico” da Lei da História para a passagem do capitalismo para o socialismo, assim como aquele tinha ultrapassado o feudalismo.

O *Manifesto Comunista* (1848) afirmava: “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”. Enquanto o feudalismo fora caracterizado por duas classes, de *nobres ou aristocratas* e *camponeses ou servos*, a moderna sociedade industrial criara uma *classe burguesa* de capitalistas e uma *classe proletária* de operários que trabalhavam na indústria.

Embora tenha tido enorme eficácia ideológica a divisão social biunívoca entre “nós” (*pobres*) e “eles” (*ricos*), Marx errou em sua análise “científica” da história por não contemplar o caso indiano milenar, isto é, o “cisne negro” que falsearia sua hipótese. *Casta* é uma forma de estratificação social caracterizada pela endogamia, pela transmissão hereditária de um estilo

de vida que frequentemente inclui um *ofício* (profissão), *status ritual* em uma hierarquia e *interações sociais consuetudinárias* (habituais) e *exclusão* baseada em noções culturais de pureza. Seu exemplo etnográfico paradigmático é a divisão da sociedade indiana em grupos sociais rígidos, com raízes na história milenar da Índia que persiste nos dias atuais. O sistema de castas indiano é muitas vezes utilizado como analogia para o estudo de outros tipos de estratificação social existentes fora do subcontinente indiano.

As *castas* são sistemas tradicionais, hereditários ou sociais de estratificação, ao abrigo da lei ou da prática comum, com base em classificações tais como a raça, a cultura, a ocupação profissional, etc. *Varna*, a designação sânscrita original para “casta”, significa “cor”. Está relacionado ao conceito de castidade, palavra com a qual compartilha o mesmo radical latino referente à *pureza*. Para mantê-la, o *pária*, que trabalha com “sujeira”, é “intocável” pelos membros das castas.

O sistema de castas (*Varna*) indiano é dividido de acordo com a estrutura do corpo de Brahma. As quatro principais *castas* são:

1. a cabeça (*Brâmanes*) representa os sacerdotes, filósofos e professores;
2. os braços (*Xátrias*) são os militares e os governantes;
3. as pernas (*Vaixás*) são os comerciantes, os financistas e os agricultores;
4. os pés (*Sudras*) são os artesãos, os operários e os camponeses.

A “poeira sob os pés” não foram originados do corpo de Brahma, por isso não pertencem às castas. Esses excluídos são os *Dalit* ou *párias*, classificados como *intocáveis*. Mahatma Gandhi substituiu o nome por *Harijan*, que significa “filhos de Deus”. Os *Dalit* são vistos como aqueles (e seus descendentes) que violaram os códigos das castas a que inicialmente pertenciam. São considerados *impuros* e, por isso, ninguém ousa tocá-los. Fazem os trabalhos considerados mais desprezíveis: recolhimento de lixo, coveiros, com couro, etc. Pelo “não pertencimento social”, após as invasões mongóis da Índia, no século XIII, milhões de *párias* converter-se-iam ao *islamismo*, uma religião que não os discriminava. Fora do sistema das castas, também existem os *Adivasis* (povos tribais) e os *Mechhas* (estrangeiros).

É muito convincente a análise da evolução histórica apresentada por David Priestland, no livro *Uma Nova História do Poder: Comerciante, Guerreiro, Sábio*. Nela, a suposta dicotomia entre *valores* (“paixões”) e *interesses econômicos* é falseada. Todos nós somos motivados por ambos. Nossos interesses e valores estão entrelaçados por aquilo que fazemos no trabalho, ou seja, nossa ocupação.

Claro que nossas opiniões, nossos valores e nossas lógicas de ações são moldados por muitas outras coisas. A família, o gênero e a etnia têm influência, além de nossa experiência como membros de uma geração ou mesmo de um partido. Mas *a ocupação*, que inclui escolaridade, é crucial.

Somos mais propensos a ter uma *visão igualitária da economia* se trabalhamos para o setor público do que se estamos no setor privado. Temos maior inclinação a ser culturalmente *liberais* se tivermos uma ocupação que nos conceda certa autonomia do que em um emprego submetido a um controle rígido. Tendemos a buscar e encontrar um trabalho que combina com nossos valores e nossa educação. Nossa experiência de trabalho molda esses valores.

Nesse caso, a sociedade não é vista como um aglomerado de indivíduos atomizados, como os neoliberais individualistas tendem a enxergar, nem como composta das classes econômicas binárias de Marx, segundo as quais as pessoas são categorizadas conforme suas propriedades: *ter ou não ter*. A sociedade é analisada sim como composta de grupos profissionais, cada um dos quais gerando seu próprio *éthos*, isto é, espírito, caráter, mentalidade.

Assim, “*casta*” é a designação que Priestland usa em seu ensaio, pois permite ver os grupos sociais não só como organismos que buscam o interesse próprio e a vantagem econômica, mas também como encarnações de ideias e estilos de vida, que com frequência procuram impor aos outros. Buscam exercer o Poder.

Ele argumenta que podemos compreender melhor nossa história se nos apoiarmos no papel dessas castas e de seus valores, com suas raízes distantes nos quatro antigos grupos ocupacionais e culturais:

1. o aristocrata ou guerreiro,
2. o sábio ou sacerdote,
3. o comerciante ou financista, e
4. o trabalhador ou camponês.

Hoje, o *mercador* é poderoso em algumas áreas de negócios com bancos e comércio, mas menos forte em firmas industriais complexas, onde os *sábios-tecnocratas* têm mais influência, sob a forma de gestores. É por isso que o termo “*capitalismo*” *nem sempre é útil*, pois ele assume muitas formas ou variedades:

- algumas mais *dominadas por instituições financeiras*, tais como bancos de investimento,
- outras por *organizações sábio-tecnocratas*, tais como as grandes corporações,
- outras por *culturas paternalistas*, lideradas por relações corruptas e promíscuas entre o público e o privado, tais como o “capitalismo patrimonialista de compadrios ou laços”.

Através desse *esquema de conflitos entre interesses das castas e alianças mutáveis*, distinto das revoluções de classe e/ou lutas econômicas mais restritas que Marx destacou como “motor da história”, sempre em sentido progressivo – escravismo-feudalismo-capitalismo-socialismo –, que Priestland nos ajuda a entender a crise que o mundo desenvolvido enfrenta hoje. Destaca a *possibilidade de reversão histórica*.

As ordens das castas estão em situação mais vulnerável quando são menos inclusivas, pois o domínio irrestrito exercido por qualquer uma delas tem suas desvantagens:

1. os Sábios-Tecnocratas podem trazer a *burocratização* ou a presunção arrogante típica dos especialistas;
2. os Trabalhadores e Artesãos podem adotar o *corporativismo* e excluir “os de fora” na sua busca de espírito comunitário;
3. os Guerreiros atijam *guerras intermináveis* por honra e vingança; e,
4. quando o Mercador domina sem restrição, sua influência pode ser igualmente catastrófica, infligindo com *instabilidade econômica e elevação das desigualdades*.

Os teóricos da Economia abandonaram essa riqueza analítica, abstraíram o detalhamento e adotaram o *reducionismo*. Reduziram todos os agentes econômicos, em última análise, ao tomarem decisões práticas, ao



abstrato *Homo Economicus* plenamente racional, perfeitamente informado e isento de *stress* e paixões. Vivo apenas para defender seu interesse particular em uma análise fria...

Leon Walras (1834-1910), por exemplo, tinha várias características em comum com quase todos os economistas teóricos que escreveram com base na *tradição da utilidade*, desde Jean-Baptiste Say (1767-1832), passando por William Stanley Jevons (1835-1882) e Carl Menger (1840-1921), até hoje. Primeiramente, via a economia quase que inteiramente sob uma *perspectiva da troca*. Até quanto escreveu sobre a produção, como quase todos os teóricos da utilidade, interpretou-a, basicamente, como uma série de trocas e nunca sob a perspectiva das relações de classe ou castas envolvidas. Assim, sua análise se ateve ao que Marx chamou de *esfera da circulação*.

A negação de Walras das relações de classe ou castas no processo de produção pode ser vista com mais clareza na elaboração neoclássica sobre *o empreendedor*. É atemporal. Há três tipos de *fatores produtivos* – capital, terra e trabalho. A propriedade de cada um desses fatores era tomada como dado. Cada indivíduo, agindo da mesma forma em busca da maximização da utilidade, prazer ou felicidade, vende uma certa quantidade de serviços produtivos a um empresário, a fim de comprar alguns bens de consumo. Todo o processo é um mero exercício de maximização da utilidade através da troca. Cada serviço produtivo é pago pelo empresário exatamente de acordo com o valor que ele adiciona à produção. Os *juros* são o pagamento do capital, os *alugueis* são o pagamento do arrendamento da terra ou do imóvel urbano, e os *salários* são o pagamento do trabalho. Em equilíbrio geral, esses pagamentos produtivos equivalem, exatamente, ao valor do que produziram. Não há *mais-valia* (“aquela coisa de comunista”) alguma. Logo, o *lucro* só surge quando há desequilíbrio, ou seja, é igual a um prejuízo de alguém nesse sistema idealizado.

De acordo com esse modo abstrato de ver as coisas, *é o simples acaso que determina quem é o verdadeiro empreendedor*. Pode ser um *capitalista*, que paga os serviços do trabalho e os serviços da terra e fica com o resíduo exatamente igual, em situação de equilíbrio geral, aos *juros* dos serviços de seu capital. Mas, nessa visão idílica, pode também ser um *trabalhador*, que tem, então, de pagar os serviços do capital e os serviços da terra, ficando com uma sobra exatamente igual aos *salários* recebidos em troca de seus serviços de

trabalho. Analogamente, pode ser um *proprietário de terra* ou uma pessoa que possua uma combinação de serviços produtivos e que aja como empreendedor, recebendo um *arrendamento*.

Como, em equilíbrio geral, os lucros são zero, não importa quem é o empreendedor, pois ninguém tem lucro nem prejuízo. Ganham a vida não como empreendedores, mas como proprietários de terra, trabalhadores ou capitalistas, em seu próprio negócio. Portanto, todos os indivíduos são simplesmente agentes de trocas que maximizam a utilidade, com uma “dotação” inicial de propriedades trocáveis. Não haveria diferença alguma entre um capitalista super rico e um trabalhador mais pobre. Ambos seriam apenas agentes maximizadores de troca, dados os recursos limitados de cada qual. A produção é meramente uma espécie de troca. Esta idealização social é a essência da teoria de Walras, segundo Hunt e Lautzenheiser (2013), “que tem muitos defensores na Economia acadêmica contemporânea”.

Já a defesa ideológica que Alfred Marshall (1842-1924) fazia do capitalismo baseava-se na incorporação de importantes elementos do *darwinismo social evolucionário* à sua teoria. Diferentemente de seu contemporâneo americano Thorstein Veblen, que era totalmente evolucionista (cujas ideias apresentaremos mais adiante), ainda de acordo com Hunt & Lautzenheiser (2013), “Marshall não percebeu que a ética social utilitarista era nitidamente incompatível com uma abordagem evolucionária da teoria econômica”.

Marshall dispôs-se a “considerar as principais consequências, para a economia, da lei segundo a qual a luta pela existência faz com que se multipliquem os organismos mais adaptados para extrair benefícios do ambiente”. A principal conclusão a que chegou através de sua abordagem evolucionária resumia-se à expressão latina que aparecia junto ao título de seu livro *Princípios de Economia*: “*Natura non facit saltum*” (“A natureza não dá saltos”).

Ele argumentava que todo progresso humano era muito lento e que só prosseguia através de mudanças marginais diminutas. As tentativas de alterar rapidamente a sociedade estavam fadadas ao fracasso e, se levadas a cabo, só levariam à miséria. O progresso social era, em geral, um processo lento de aperfeiçoamento da hereditariedade de uma raça ou de uma nação. A direita

insiste na convicção de que as desigualdades humanas e sociais são naturais e, enquanto tal, não são elimináveis.

“Essa influência da hereditariedade aparece de modo mais marcante na organização social. Isso porque tem de haver, necessariamente, um crescimento lento, produto do trabalho de muitas gerações: o crescimento tem de se basear nos *costumes e aptidões* da grande massa de pessoas, *o que não admite mudanças rápidas.*” Este credo liberal-conservador afasta qualquer possibilidade de revolução ser bem sucedida.

Um argumento encontrado comumente no darwinismo social direitista prega a visão *ex-post* da história dos *vencedores*, esquecendo-se das circunstâncias *ex-ante*, inclusive da ausência dos privilégios de nascença, dos *vencidos*. Diz: “nessa lenta evolução das instituições sociais, determinada estrutura social pode, muitas vezes, parecer exploradora, à primeira vista, mas a sobrevivência dessa estrutura social durante muito tempo prova que, em sua época e segundo suas circunstâncias, suas características progressistas positivas superaram qualquer defeito”!

Marshall acreditava que o mesmo argumento se aplicava ao capitalismo moderno. Superficialmente, o *sistema capitalista* parecia ser “impressionantemente contrastante” com o *sistema de castas*, mas também “se parecia de modo não menos impressionante com o sistema de castas”. Marshall insistiu em dizer que “o sacrifício do indivíduo às exigências da sociedade, no que tange à produção de riqueza material, parece, em certos aspectos, um caso de atavismo, uma reversão a condições que vigoravam em épocas muito remotas do domínio de castas”. Todavia, argumentava que, “no capitalismo, como no *sistema de castas*, os benefícios da estrutura social existente mais do que compensavam seus defeitos.” Só faltou gritar: viva o conservadorismo!

Mesmo em épocas mais obscuras, quando parece ser total o domínio do “pensamento único”, há no subterrâneo do debate público um pensamento alternativo. Thorstein Bunde Veblen (1857-1929) se formou em Filosofia e trabalhou no Departamento de Economia da Universidade de Chicago. Em 1919, Veblen foi um dos fundadores da *New School for Social Research*.

Sua obra mais famosa é *A Teoria da Classe Ociosa* (1899), na qual Veblen analisou a estrutura econômica de sua época desde a ótica do

darwinismo, e criticou a ostentação das classes mais favorecidas. Por sua ênfase nos usos e costumes sociais como fenômenos explicativos da atividade econômica, ele é considerado o fundador da Economia Institucionalista, dentro da história do pensamento econômico.

A existência de uma classe de indivíduos que se abstêm do trabalho produtivo e/ou manual, a chamada “*classe ociosa*”, é uma instituição. Outros exemplos de instituições são a *propriedade absenteísta*, ou seja, o hábito, bastante presente na economia capitalista, de o dono das ações não ser exatamente quem administra, pessoalmente, o negócio. No entanto, essa necessidade de demonstrar a desnecessidade de “trabalhar como um escravo no Brasil”, cujo regime escravista tinha sido extinto apenas há uma década, em 1888, a *emulação*, talvez seja o mais importante no livro *A Teoria da Classe Ociosa*.

A classe ociosa adota costumes, como o consumo suntuário do luxo e o conhecimento aprofundado de artes e vinhos, entre outras coleções, para demonstrar que usa seu tempo apenas para “cultivar o bom gosto”. É óbvio que o efeito-demonstração provoca a *emulação*: o hábito dos indivíduos de se compararem uns com os outros invejosamente, ou o *esnobismo*, o desejo das pessoas de serem reconhecidas como melhores que os outros indivíduos. A classe ociosa era imune à inveja, não à chacota.

O ócio das castas dos proprietários é claro desperdício de tempo produtivo, ligado ao esforço para o *consumo conspícuo*, claramente visível, facilmente notado, que salta à vista. Atrai a atenção por suas dimensões inusitadas e pelo contraste que faz com o consumo do pária que luta para atender às necessidades básicas de sobrevivência. Então, os ociosos atraem a atenção pelo exagero, pelo mau gosto e pelo espalhafato. Já a casta dos *sábios* busca ser notável pelo saber, titulações ou dignidade. Para ser ilustre, eminente, assume um semblante muito grave ou circunspecto de pessoa séria, respeitável. É óbvia à mente, perceptível, dedutível, a diferença de postura entre essas castas.

Em termos de Ciência Aplicada, Veblen fez uma crítica profunda à teoria econômica neoclássica. Destacou que os consumidores não compravam bens simplesmente por causa de sua utilidade, mas também por *razões puramente sociológicas*, como para emular os ociosos. Isso ocorria mesmo que

fosse prejudicial a suas finanças pessoais. Rompeu, assim, com o pressuposto neoclássico central de que o gasto do consumidor era uma questão de cálculo racional que não prejudicava ao auto interesse.

O consumidor não faz uma escolha e um cálculo que lhe são próprios, pois estes são influenciados pela escolha de outros — pela moda, o desejo de não ficar atrás, a necessidade de demonstrar superioridade, e pela propaganda. Os cálculos neoclássicos baseavam-se em premissas falsas, porque buscavam compreender o comportamento humano a partir de números derivados de um agregado de indivíduos em que todos, supostamente, fariam escolhas racionais.

Veblen, ao contrário dos “economistas puros” de sua época, reconhecia que a propriedade privada e o instinto predatório levaram às sociedades predatórias e divididas em classes. Enquanto o *instinto predatório* dominou totalmente a sociedade escravocrata e feudal, no capitalismo, houve um importante e profundo desenvolvimento do *instinto construtivo*.

No capitalismo, de acordo com a visão de Veblen, as *forças construtivas* e as *forças predatórias* de exploração tinham entrado em choque. Esse antagonismo foi expresso por ele como um conflito entre “negócio” (comércio) e “indústria” (atividade) – ou entre “comprar-e-vender” e “trabalhar”. Quando passou a predominar o “trabalho livre”, em que a obrigação de trabalhar era causada pela necessidade de ganhar a vida e não por uma necessidade imposta coercitivamente, o *instinto construtivo* prosperou: a atividade industrial apresentou grande progresso.

No entanto, no século XIX, as *forças predatórias*, que tinham sido herdadas das sociedades escravocratas e feudais, começaram a retomar força. Isso continuou até o sistema capitalista chegar, no fim do século XIX, ao ponto em que *as forças construtivas e as forças de exploração eram ambas forças poderosas*.

Essas duas forças sociais tornaram-se presentes no capitalismo através de duas classes inteiramente diferentes. Enquanto a essência do sucesso dos trabalhadores envolve *criatividade produtiva*, a essência do sucesso dos proprietários e empresários envolve *vantagens para explorar os outros*.

O treinamento de capitalista promove os *ideais predatórios*, ao passo que o treinamento dos trabalhadores criativos promove os *ideais construtivos*.

Embora os ideais construtivos sejam muitíssimo úteis à sociedade, se inteiramente livres, destruiriam a própria base institucional que sustenta a existência luxuosa, ociosa e parasitária da classe dos proprietários ausentes. Portanto, para a manutenção deste *status quo*, é sempre necessário contrabalançar o crescimento exagerado dos *ideais construtivos*. Desde então, os conservadores gritam: viva o reacionarismo! Viva o neoclassicismo! Viva o neoliberalismo!

### 43 Arte da tomada de decisões práticas

Segundo Paul Strathern, no livro *Uma Breve História da Economia*, o argumento básico de Jeremy Bentham (1748-1832) era bastante claro: “A natureza pôs a humanidade sob o governo de dois mestres soberanos, a dor e o prazer.” Esse era o “*princípio da utilidade*”, que era um princípio moral. O que nos proporciona prazer é bom, o que nos proporciona dor é mau. Para ser moral, porém, esse princípio deve ser visto em termos sociais. O que é direito maximiza o prazer de todos, o que é errado causa um aumento global de dor e sofrimento. Quando confrontados com decisões difíceis, devemos ponderar o prazer líquido contra a dor líquida.

“Mas que tem prazer a ver com Economia? Muito pouco, de fato, para muitos que sofrem nas suas mãos. Por influência dos utilitaristas, a noção de ‘utilidade’ tornou-se central no pensamento econômico”, afirma Strathern (2003).

A partir da tentativa de cálculo da felicidade, *a maior inovação foi a introdução da matemática na dinâmica central do pensamento econômico*. Segundo Strathern, o objetivo era descobrir “leis matemáticas que tornariam a Economia uma ciência tão exata quanto a Física newtoniana”.

Teóricos da Economia tentaram matematizar o assunto usando o cálculo das variáveis. Achavam que um dia todas as disputas morais, relacionadas à Ética, seriam resolvidas por máquinas de calcular. A lógica infalível da Matemática seria usada para se decidir o que era certo e o que era errado. Basearam-se seus cálculos no princípio utilitário adotado por Bentham e Mill: *bom é aquilo que proporciona mais prazer ao maior número de pessoas*. Viam os seres humanos como “máquinas de prazer”, que sempre estariam voltadas para a obtenção da maior quantidade de prazer.

Há uma diferença categórica entre *necessidade* e *prazer*. Há toda uma Psicologia incluída nessa variação de sentimentos. Reduzir tais sutilezas a uma simples *escala de utilidade* é fugir a muitas questões concernentes ao comportamento humano. Mas restringiu-se a Economia lidar com quantidades, o que significa que tudo dela deve ser suscetível de *mensuração*, portanto, de ser visto através da Matemática. Isso levou à fundação da Econometria, ramo da Economia em que métodos matemáticos e estatísticos são aplicados a dados econômicos.

Na aplicação da Matemática à Economia estava a “chave-mestra” que resolveria muitos dos problemas aparentemente intratáveis enfrentados pelos economistas neoclássicos. A Psicologia ainda resiste a tal *matematização*, mesmo pela porta dos fundos da Neurociência. Contudo, com igual obstinação, a crença reducionista dos neoclássicos permanece, como um sonho científico perene.

O pensamento de Léon Walras (1834-1910) levou ao extremo a tradição francesa da racionalidade e permaneceu teórico demais para aplicá-lo a decisões práticas. Para Schumpeter, “no que diz respeito a *teoria pura*, Walras é na minha opinião o maior de todos os economistas”. Em que medida Economia Pura e Economia Prática têm alguma coisa a ver uma com a outra sempre foi matéria de acalorado debate, desde o início da abstração em Economia. Como mostra Strathern (2003), “uma das principais empreitadas que estavam por ser levadas a cabo, no século XIX, era a transformação da Economia em uma Ciência”.

Em 1877, Walras publicou *Elementos de Economia Política Pura*, que tratava de uma questão fundamental nunca respondida. O livre-mercado de Adam Smith tornara-se um ato de fé para a tradição da Economia Clássica posterior. Mas Walras quis saber: “Como podiam esses economistas provar que os resultados da livre competição eram benéficos e vantajosos, se não sabiam exatamente que resultados eram esses?”

Para responder a essa pergunta, Walras se lançou na análise do equilíbrio econômico geral. Este equilíbrio é alcançado em um mercado quando a quantidade do produto que os vendedores põem nele é igualada pela quantidade que os compradores querem comprar ao preço vigente. Logo, o equilíbrio ocorre quando a oferta satisfaz a demanda. O *equilíbrio geral* tem

lugar quando o equilíbrio é simultaneamente alcançado em todos os mercados, ou seja, todos os produtos são vendidos.

O próprio Walras comparou essa situação com um *leilão*, em que os produtores levam suas mercadorias para vender e os consumidores chegam dispostos a comprar. Ele compreendia que todos os mercados são inter-relacionados: se dinheiro em excesso é gasto em um mercado, isso significa que resta menos a ser gasto em um outro. Assim, quando o preço para um conjunto de mercadorias é alcançado, é necessário fazer ajustes nos preços anteriores estabelecidos pelo leilão. Por meio desse sistema de ajustamento, há um *tâtonnement* (tateio) rumo a um estado de equilíbrio geral. Walras conseguiu reduzir esse processo repetitivo a uma série de equações algébricas. Desse modo, segundo Strathern (2003), “foi capaz de dar forma matemática à ‘mão invisível’ de Adam Smith. E, ao fazê-lo, ‘provou’ que o livre-mercado funcionava. Pelo menos, foi o que pensou”.

Para começar, para que a utilidade ótima seja alcançada, esse método matemático tem de fazer várias suposições cruciais. Em primeiro lugar, o mercado tem de ser um *regime de competição perfeitamente livre*. Ademais, o estado de benefício máximo para todos os envolvidos requer *pleno emprego*, de modo que todo elemento no mercado alcance utilidade máxima. Uma condição igualmente importante é que *toda a renda seja gasta*, ou seja, não ocorra “poupança” sem que os bancos a coloquem em circulação monetária, pois de outro modo seria impossível encontrar uma interdependência completa entre oferta e demanda.

Para sua formulação matemática de uma complexidade interdependente, supostamente análoga à da realidade econômica, o pressuposto de Walras referente ao *gasto de toda a renda* levou a que os preços de todos os outros bens só podiam ser estabelecidos relativamente a um bem particular, usado como padrão numérico. Para Strathern (2003), “isso significou que na economia puramente teórica de Walras não havia preços absolutos”.

O modo preciso como uma economia podia alcançar equilíbrio geral dependia também do modo como a renda e a propriedade estavam distribuídas de início. Na concepção de Walras, a discussão das questões referentes à distribuição igualitária de riqueza e renda estava fora da esfera da Economia



Pura. *Era uma questão de Arte, não de Ciência*. Em consequência, a política social de Walras — sua Arte, em contraposição à sua Ciência — defendia a estatização da terra como um prelúdio da redistribuição equitativa.

“O equilíbrio geral era, é claro, um *ideal absoluto*. Podia ser ocasionalmente alcançado por mercados individuais, mas sua consecução em uma economia inteira era simplesmente uma meta. Podia-se ver uma economia como aproximando-se, ou afastando-se, do *ideal de equilíbrio geral* — e assim podiam-se fazer ajustamentos. Esse foi o valor da análise de Walras. Seu modelo teórico conceituou o cerne do processo econômico. A *microeconomia*, que trata da economia no nível de pequenos grupos de consumidores, firmas ou produtos, tinha agora um conceito central para mostrar como ela funcionava, ou devia funcionar. E o mesmo se aplicava à *macroeconomia*, que tratava de sistemas econômicos inteiros, compostos de um agregado de unidades econômicas menores. Ali estava um núcleo a que todos os outros pensamentos econômicos podiam ser relacionados”, diz Strathern (2003).

Contudo, como Walras lembrava constantemente a seus leitores, sua análise do equilíbrio econômico pretendia ser uma ferramenta, um instrumento de investigação. Não era uma descrição de *como as coisas realmente eram* (Economia Positiva), ou de fato jamais tenderiam a ser. O equilíbrio geral fora concebido como uma meta, um esquema de uma *situação ótima* — com suas fórmulas algébricas simplesmente apontando o caminho, indicando o que podia ser feito.

Isso sugeriu a possibilidade de que todo o conceito de equilíbrio não tivesse nenhuma relevância prática. Mas Kenneth Arrow, segundo os economistas neoclássicos, teria conseguido provar, matematicamente, que um estado de equilíbrio geral podia existir realmente em uma economia. Assim, não era apenas um ideal teórico, como antes se supusera — esse equilíbrio podia acontecer realmente! Evidentemente, essa contradição nos próprios termos – provar com a abstração matemática que o equilíbrio seria real – foi uma auto validação ilusória útil para justificar o retorno dos economistas neoclássicos à Teoria Pura sem contribuírem para a Arte da Economia.

Nessa altura, alguns economistas já tinham passado a desprezar a Economia Matemática como irremediavelmente estreita e absolutamente imprópria para aplicação ao comportamento humano — que era apenas

“falsamente lógico”. Em vez disso, descobriu-se a “lógica dos sentidos”: tratava-se da *lógica irracional* que era responsável pelos caprichos da emoção condutora da ação humana. Esses atos ilógicos eram determinados por uma expressão da psicologia humana subjacente. Isto era um fato incontestável que não admitia maior explicação teórica.

Alfred Marshall (1842-1924), além de fornecer o conceito de que o valor (preço) de um bem era determinado pela “tesoura da oferta e da demanda”, ampliou também enormemente a ideia de análise do equilíbrio. Walras realizara a *análise do equilíbrio geral*, que envolvia uma economia inteira ou macroeconomia. Marshall introduziu a noção de *análise do equilíbrio parcial*, que se concentrava em um setor particular da economia. Isso podia se limitar a uma indústria particular, uma empresa particular ou mesmo a um indivíduo consumidor. A análise do equilíbrio parcial permitia um estudo muito mais detalhado dos diferentes fatores que afetavam o setor econômico sob estudo — como a possibilidade de crescimento de um pequeno mercado; se a indústria deveria consolidar sua posição no mercado de luxo ou expandir-se em segmentos inferiores; se o alto valor das prestações empurraria os indivíduos para o endividamento impeditivo de futuro consumo, etc.

Walras fora forçado a fazer vários pressupostos consideráveis como pleno emprego e o dispêndio de toda a renda. Marshall foi forçado a fazer um número ainda maior deles. O mais importante foi a condição “as outras coisas sendo iguais”, isto é, *coeteris paribus*: “o pressuposto de que os fatores externos à economia sob estudo não afetariam seriamente seu funcionamento interno”.

Apesar disso, Strathern (2003) avalia que “talvez o fator mais importante introduzido por Marshall na economia tenha sido *o tempo*. As considerações anteriores do assunto haviam tendido a incluir intuições, conceitos e cálculos que lidavam com uma situação essencialmente *estática*. Não há dúvida de que a ‘mão invisível’ de Adam Smith *movia-se no tempo*, mas não se concentrava no *efeito do tempo*. Mesmo o equilíbrio de Walras era essencialmente uma *noção estática*, como seu nome sugere”.

Interações e ajustamentos têm lugar no tempo, e o tempo que demandam terá seu efeito. Em curto prazo, ajustamentos no preço serão afetados por oferta e demanda. O preço dos produtos cai quando eles inundam o mercado. Em longo prazo, porém, o custo de produção desempenhará o papel

principal na determinação do preço: o custo da montagem e do transporte dos produtos vai limitar a queda do preço. É o tempo que age como contrapeso — entre oferta/demanda e custo da produção — na determinação do valor. O tempo desempenhará também um importante papel na elasticidade. Alguns preços levarão mais tempo para se espalhar na economia antes de terem um efeito significativo.

Com Marshall, a análise econômica começou a se expandir rumo ao próprio cerne da vida econômica e seus processos. Formando tradição, *as ideias neoclássicas foram sendo cada vez mais aplicadas à prática comercial*. Homens de negócios, proprietários de fábrica, políticos e funcionários públicos, até jornalistas — todos perceberam rapidamente os benefícios da análise econômica racionalista. A compreensão dos métodos e processos do mercado, e de como se podia agir sobre eles, proporcionava vantagem comercial sobre competidores. Mas como isso funcionava? Em benefício de quem?

A ideia da Economia crescera o suficiente para que seu efeito pudesse ser visto em todos os aspectos da atividade humana. Ironicamente, enquanto isso acontecia suas investigações haviam se tornado cada vez mais teóricas. A introdução do *tempo* na equação econômica por Marshall é indicativa desse desenvolvimento. Tratava-se de um *tempo abstrato*, não um *tempo histórico nem pessoal*. *Coeteris paribus*, nenhum outro evento que não certos fenômenos econômicos tinham lugar nesse tempo.

“A Economia percorrera um longo caminho desde *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, cuja erudição discursiva buscara abranger tudo — de desenvolvimentos históricos a inquietações morais. Como incluir coisas como essas na análise do equilíbrio? É difícil medir a moralidade, no entanto sua exclusão da equação econômica estava se tornando agora uma fonte de crescente preocupação — e não só para socialistas utópicos e marxistas. Um dos que suscitaram essa questão foi o pouco conhecido e excêntrico sueco Knut Wicksell”, afirma Strathern (2003).

Wicksell foi o autor neoclássico verdadeiramente revolucionário, pois evoluiu o pensamento neoclássico a partir de Walras. Isto não só o levou a falseá-lo, em uma crítica imanente, como também a contribuir para *a arte da tomada de decisões práticas*, no caso, a decisão de fixação do juro básico pelo Banco Central.

“Wicksell voltou também sua atenção para uma questão central: *dinheiro*. A ideia do dinheiro é ao mesmo tempo óbvia e elusiva. Que é ele? Que faz? Tem um valor fundamental (além de si mesmo)? É um meio ou um fim? Até essa altura, os economistas neoclássicos haviam encarado o fluxo e refluxo do dinheiro no mercado como um mero ‘véu’ que obscurecia o que realmente estava se passando — a saber, a transferência de bens do vendedor para o comprador. Wicksell entendeu as coisas de outra maneira. O dinheiro, e sua disponibilidade, afetavam diretamente a economia. A disponibilidade do dinheiro passara a depender cada vez mais dos bancos. Mais e mais empreendimentos, grandes e pequenos, dependiam de um empréstimo bancário para deslanchar. A taxa de juros a que esse dinheiro era emprestado era portanto de extrema importância. Uma taxa de juros elevada significava que menos pessoas iriam, ou poderiam, fazer empréstimos; uma taxa baixa estimulava o risco empresarial” (Strathern, 2003).

Wicksell identificou duas taxas de juros distintas. A “*taxa de mercado*” era aquela cobrada pelos bancos. O homem de negócios tomava dinheiro emprestado do banco à taxa de mercado para capital de giro ou investimento. A “*taxa natural*” era a taxa de retorno que ele obtinha com o dinheiro que investia na fábrica, no maquinário ou na contratação de maior efetivo de trabalhadores. *Se a taxa natural excedesse a taxa de mercado, ele lucraria de maneira correspondente*. Os ganhos oriundos do investimento seriam mais altos que o custo de pagamento do empréstimo.

Wicksell foi capaz de demonstrar o Processo Cumulativo: *se a taxa natural fica acima da taxa de mercado*, isso causa uma expansão descontrolada do mercado acompanhada por uma elevação dos preços. Por outro lado, *se a taxa natural cai abaixo da taxa de mercado*, o investimento declina e o desemprego cresce.

Segundo a análise de Wicksell, *a taxa de mercado deveria ser mantida tão perto quanto possível da taxa natural*, e isso só podia ser feito se ela fosse fixada pelo Banco Central. Havia uma necessidade manifesta de uma autoridade monetária como essa. Este é mais um exemplo de intervenção do governo, no caso, do Banco Central, para assegurar o funcionamento regular da economia — que iria distorcer os valores se deixada livre de restrições. Os

bancos centrais começaram a reconhecer isso, progressivamente, até adotarem o regime de meta de inflação e fixarem a taxa de juro.

De tudo isso, o que ficou de contribuição da Ciência Econômica para a Arte da Economia? A combinação idealizada de preços diversos em um equilíbrio geral está entranhada no imaginário dos economistas. Eles acham possível o Banco Central, tal como um “leiloeiro walrasiano”, equilibrar todos os preços relativos via tateio!

Outra metáfora profissional sugere que as tarifas e os tributos, a taxa de juros, a taxa de câmbio, a taxa de crescimento da renda e do emprego, a taxa de inflação, e a taxa de salário real, todos esses preços básicos interagem uns sobre os outros como “bolas na tigela”. Nenhum desses preços relativos está determinado antes que todo o resto também o esteja. Uma “bola adicional na tigela”, que atrapalha a configuração prévia, é representada pela expectativa quanto ao curso futuro dessas taxas.

A metáfora da aleatoriedade do ajuste entre preços relativos talvez seja melhor representada pelo Globo para Sorteio. Bolas numeradas são colocadas dentro dele e sorteadas uma a uma. Esse instrumento é comum em loterias, bingos, escolhas de confrontos de times em torneios de futebol, etc. Ele pode designar melhor a qualidade de interação entre preços relativos, mantendo com o primeiro – bolas na tigela – certa semelhança.

Mas, na economia de mercado capitalista, o Globo para Sorteio está quase sempre girando. E quando para, nunca a bola representativa dos salários reais dos trabalhadores é sorteada. Ela parece ser maior do que o buraco da escolha...

Por que é necessário fazer um ajuste fiscal favorável ao capital financeiro e produtivo? Porque, em economia de mercado capitalista, a riqueza que mais importa. O emprego e o salário real são variáveis determinadas pelo capital. Com a condenação midiática do que denominam, ironicamente, “nova matriz macroeconômica” (a que levou à menor taxa de desemprego) de economistas desenvolvimentistas, sustentada cotidianamente por sabidos economistas neoclássicos, provoca-se, de imediato, um choque inflacionário de preços relativos com a política de realinhamento tarifário. Gira o Globo para Sorteio....

Por que não se faz uma reforma tributária estrutural? Porque um ajuste fiscal paliativo tem menor dificuldade política, em um Congresso Nacional dominado por bancadas conservadoras e fisiológicas do que uma perene reforma com progressividade tributária. Impostos em alta apenas reduzem a renda líquida e agravam a recessão.

Não se sabe a priori quanto tempo durará a depressão econômica, provocada pelo ajuste fiscal, até a retomada do crescimento sobre um PIB em dólar muito inferior. A curva em J representa, graficamente, a acentuação da depressão, durante um certo tempo, seguido de sua diminuição progressiva, devido à retomada da exportação e do investimento público-privado em infraestrutura, inclusive energética, e logística.

O efeito preço (realinhamento de preços administrados) e desemprego (queda da demanda doméstica) sobre o custo unitário do trabalho real e a relação câmbio / salário é imediato, mas o efeito da depreciação da moeda nacional (competitividade face a importados) e produtividade (produzir mais com menos empregados) leva mais tempo. A arrecadação fiscal é uma variável dependente dessa evolução da renda.

Na prática, essa é a usual Arte da Economia. Porém, à medida que a depressão se agrava, nenhum economista parece saber o que fazer. Os neoclássicos não abrem mão de seu velho método do “*laissez faire, laissez aller, laissez passer*”, expressão-símbolo do liberalismo econômico, defendendo que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência, apenas com proteção dos direitos de propriedade privada. Veem tudo como *fatalidade*: logo a economia de livre-mercado sofrerá uma reviravolta. Os desempregados acabarão compreendendo que só conseguirão encontrar emprego caso se dispuserem a trabalhar por menores salários. Os empresários também recobrarão a razão, cortando seus preços para aumentar as vendas. Tudo dependerá, portanto, dos empresários e dos trabalhadores. Qualquer interferência governamental no curso normal dos eventos só piorará as coisas: *não cabe ao economista se meter*. Apesar do agravamento da crise social, os defensores do livre mercado agarram-se à sua ideologia. As coisas podem andar mal no momento, mas a longo prazo acabarão se corrigindo. Keynes retrucou, irreverente: “A longo prazo, estaremos todos mortos.”

A solução keynesiana, para combater a depressão, é fazer gasto público. Na ausência de investimento privado, o gasto que cria empregos só pode ser feito pelo governo. Tem de se esquecer, em conjuntura de depressão, o equilíbrio do orçamento fiscal, e usar dinheiro para criar projetos de obras públicas, construir infraestrutura, escolas e hospitais.

Segundo Keynes, o fator crucial na economia é a demanda efetiva que depende do gasto do consumidor e do investimento. Os gastos do consumidor e do empreendedor dependem da psicologia. Preocupação com a manutenção do emprego, o estado do país ou uma inquietação geral acerca do futuro são expectativas pessimistas que afetam esses gastos. A confiança não é uma questão de cálculo matemático já que não é racional, mas sim um estado emocional.

As medidas objetivas para aumentar a confiança do consumidor que os economistas ortodoxos adotam, geralmente, é a redução da taxa de juros, para a obtenção de crédito mais fácil, e a redução de impostos, que eleva a renda disponível. Mas Keynes deixou claro que esses não são os fatores mais importantes no que diz respeito à confiança do consumidor. Em primeiro lugar, na mente das pessoas está sempre a renda. Se elas ganham mais, e se sentem seguras de que continuarão ganhando no futuro, inclinam-se a gastar mais no presente e aplicar menos em reservas financeiras.

A demanda agregada aumenta com o aumento da renda, mas em ritmo menor. É necessário o investimento elevar-se em ritmo mais acelerado do que permitem as expectativas pessimistas dos empresários. Keynes sugeriu uma “socialização do investimento”. Isso é interpretado pelos neoliberais como “controle total do investimento pelo governo”. Na prática, significa apenas elevação do gasto do governo para compensar a falta de investimento privado, durante conjuntura de pessimismo nos negócios, e uma redução desse gasto, em período de retomada do otimismo, para não estimular a inflação e desequilibrar mais as finanças públicas. “A ‘socialização do investimento’ de Keynes pretendia unicamente refrear esse instinto gregário, aplainar os picos e depressões do ciclo comercial. Ele não tinha nenhum gosto por controle estatal comunista” (Strathern, 2003). Mais uma vez, o “véu ideológico” obscurece a visão da realidade e a sociedade sofre com a arte, no caso, o artifício empregado

para levar o adversário ideológico ao erro. Nesse sentido, a Arte da Economia é burla, engano, malícia, travessura, traquinagem...

A Arte da Economia necessita de um instrumento de medição para lidar com ela. Nesse sentido, o quadro econômico é uma pintura!

O sistema fisiocrático, qualificação que se refere ao “poder sobre a natureza”, ou seja, extração de riqueza da natureza, foi apresentado no *Quadro Econômico* de François Quesnay (1694-1774), cirurgião-médico que se inspirou na circulação do sangue no corpo humano para modelar o diagrama, publicado originalmente em 1758. Ilustra, com uma série de linhas cruzadas e ligadas, o fluxo de dinheiro, bens e serviços entre três grupos sociais: proprietários de terras, agricultores e artesãos.

O enfoque mercantilista dominava o pensamento econômico anterior às revoluções republicanas a favor dos direitos da cidadania, destacadamente o direito à propriedade privada e o de um homem não ser escravizado por outro. A publicação por Adam Smith de *A Riqueza das Nações*, em 1776, deu maior suporte intelectual à ideologia do individualismo libertário em sua luta contra o Estado monárquico e absolutista.

Os *mercantilistas* achavam que o Estado deveria se comportar como um comerciante, ampliando os negócios, comprando ouro para monetização, e interferindo na economia com impostos, subsídios e reservas de mercado. Os *fisiocratas* adotavam a visão contrária: a economia auto regula-se, naturalmente, e precisa apenas de proteção contra acidentalidades ou intervenções que afetam o processo natural de extração de riqueza da terra: livre-comércio, baixos tributos, garantia de direitos de propriedade e diminuto endividamento público.

Os *mercantilistas* diziam que a riqueza estava na concentração fundiária e no entesouramento de títulos de dívida pública, ou seja, era um *estoque*. Os *fisiocratas* preferiam destacar o *fluxo de renda* que provinha da “economia real”, isto é, os setores produtivos de bens e serviços. Para eles, a agricultura era o mais produtivo dos setores.

Ainda em época de predomínio da sociedade rural, os fisiocratas acreditavam que a agricultura era superior à manufatura. Diziam que quanto mais bens são consumidos, mais dinheiro circula no sistema, tornando o



consumo a força motriz da economia. Pouco dinheiro nas mãos dos pobres, que o gastam, vale muito mais para a economia como um todo do que o dinheiro nas mãos dos ricos, que o acumulam em reservas improdutivas. A circulação monetária é o que importa.

*Avant la lettre*, Quesnay apresentou a economia como um Sistema Complexo, oferecendo os fundamentos para a macroeconomia moderna. Tentou descobrir leis sociais abstratas, que regulam a economia, decompondo-as em suas partes constituintes e verificando as interações entre esses agentes econômicos. Foi o primeiro modelo macroeconômico de base empírica.

A moderna Abordagem da Circulação assume também a posição que a produção depende da disponibilidade de moeda, pois a força de trabalho é contratada e as matérias primas são compradas por moeda, em resposta às pressões da demanda efetiva, por sua vez, validada por moeda. Esta é essencialmente moeda bancária (crédito) que circula em uma sequência particular. Uma análise desses passos revela a possibilidade de ocorrerem crises de numerosas maneiras, todas elas nascidas de falhas intertemporais em pagamentos monetários, devido a “vazamentos” no circuito monetário: captações bancárias sem correspondência com empréstimos.

Quanto às causas das crises, os autores pós-keynesianos sublinham o comportamento psicológico dos agentes econômicos como observadores do futuro incerto. Os autores circuitistas sublinham o caráter descentralizado das decisões em uma economia de mercado. Porque insistem na hipótese de que a moeda é um ativo desejável por si só, os pós-keynesianos estão permanentemente preocupados com seu entesouramento, que reduz o consumo. Porque enfatiza a moeda como meio de circulação, a abordagem da circulação está preocupada com desproporcionalidades, resultantes de falta de coordenação. Portanto, o pós-keynesianismo enfatiza o problema de carência de demanda efetiva, enquanto a abordagem da circulação coloca sua ênfase sobre o problema das desproporções na circulação. Para esta, o desemprego é devido à independência das decisões por parte de demandantes e de ofertantes de trabalho. O *pleno emprego* é uma emergência – ato ou efeito de emergir – em que coincidem essas decisões. Isso só ocorre no auge de ciclo econômico.

Keynes estruturou um Sistema de Contas Nacionais a partir de contas de grandes agentes institucionais – empresas, famílias, governo e o resto do

mundo. Desde então, estabeleceu-se uma tradição reducionista de discussão da política econômica apenas em termos de poucos agregados macroeconômicos: a oferta agregada e as políticas de controle da demanda agregada (fiscal, monetária, cambial e de controle de capital) necessárias para se estabelecer os preços relativos de obtenção do idealizado “equilíbrio geral” nos mercados de bens e serviços, trabalho, monetário e câmbio,  $n-1$ . Quando a demanda agregada ultrapassa a oferta agregada, tem como efeito emergir uma situação grave, perigosa, ou seja, uma conjuntura crítica com *inflação*.

Observou-se que o *valor de produção*, por incluir diversas vezes uma mesma parcela de valor, não dava a medida do produto real da economia, apenas indicava uma medida da circulação da produção. Quanto maior o processo de circulação da produção, isto é, quanto maior o número de fases de processamento do produto final entre as empresas, maior seria o valor de produção da economia.

Além da Conta do Produto (diferença entre o valor da produção e o consumo intermediário), quando elimina-se essa “dupla contagem”, o *valor agregado* na produção pode ser estimado também na Conta da Renda e na Conta da Despesa. Ao realizar-se o processo de produção, durante o qual adicionam-se novos valores aos produtos utilizados como insumos, gera-se, simultaneamente, a renda dos agentes econômicos que participam do processo: os trabalhadores e os capitalistas.

Por sua simplicidade, essa ótica binária predomina, enquanto as reais interações entre os membros de todas as castas deveriam (e podem) ser distinguidos para observar melhor a emergência de novos fenômenos em escala macroscópica. A renda dos que vivem exclusivamente de seu trabalho é composta por salários dos trabalhadores manuais e os ordenados dos funcionários administrativos, além dos soldos dos militares. A renda dos que vivem da propriedade é apropriada por lucro industrial, lucro comercial, juros, aluguel e arrendamento da terra. A casta dos sábios é composta por trabalhadores intelectuais que recebem maior renda do trabalho, durante a fase ativa de sua vida profissional, e buscam acumular o suficiente para receber a renda do capital necessária para manter seu padrão de vida durante a fase inativa.

A geração da renda aparece do mesmo modo como é criado o produto, ou seja, a adição do novo valor em relação ao consumo intermediário resulta em renda gerada. A renda é igual ao valor agregado. Entretanto, como só se pode repartir algo já existente, somente depois de gerada, ou mais exatamente, a partir de sua criação que a renda vai ser repartida entre salário e lucro. A repartição da renda é determinada pelo fato da produção capitalista estar associada a uma dada distribuição de propriedades privadas.

Em economia de mercado capitalista, onde as trocas se realizam, indiretamente, por meio da moeda, a *demanda* se apresenta como a quantidade de dinheiro disponível para a compra de produtos. As necessidades dos membros das castas se apresentam, no mercado, como um poder de compra, convertendo-se em demanda. Já a parcela da população “pária”, excluída do mercado, embora tenha necessidades, por não dispor de poder de compra monetizado, não expressa uma demanda efetiva.

Então, nem sempre a demanda resulta em compra. *Demanda*, isto é, uma intenção de compra, é um conceito mais geral do que o de *despesa*, que é a concretização da demanda, ou seja, um ato de compra decorrente da demanda. Na Conta de Despesa Nacional Bruta embute a soma do consumo pessoal, consumo do governo, investimento bruto, variação de estoques mais a exportação líquida de bens e serviços, isto é, descontada a importação. Dessa despesa interna bruta a preços de mercado desconta-se ainda a renda líquida enviada ao exterior para resultar na despesa nacional bruta.

Desse modo, não se observa o potencial do poder de compra dos “párias”, caso eles fossem inclusos socialmente no mercado. Se o questionamento da distribuição desigual da riqueza e, em consequência, da renda estava fora do interesse da Economia Pura, ela tem de ser agora reintegrada, pois é *uma questão de Arte, senão de Ciência*.

Nesse sentido, o outro Modelo de Contas Nacionais com ênfase na análise mais detalhada da estrutura produtiva e da interdependência entre os setores de atividade econômica, elaborado por Wassily Leontief, que teve como fontes de inspiração o *Tableau Économique* de François Quesnay e o Modelo de Equilíbrio Geral de Léon Walras, tem maior importância para o planejamento. A matriz de insumo-produto como instrumento de planejamento fornece as informações necessárias para a avaliação dos impactos das medidas

de política econômica sobre as atividades produtivas interdependentes e as interações entre os diversos componentes de um Sistema Complexo. Propicia verificar o aumento da economia de escala com a inclusão social dos “párias” à economia monetária.

O modelo de Leontief permite que se analise a economia a partir das informações sobre a interdependência entre os setores produtivos e as atividades econômicas – cadeias produtivas que hoje são internacionais. Estas duas técnicas (insumo-produto e contabilidade social), embora percorrendo caminhos distintos e baseando-se em teorias conflitantes, culminaram em um único instrumento de planejamento representado pelo Sistema de Contas Nacionais adotado pelas Nações Unidas.

No entanto, praticamente, por causa da maior ligeireza em sua confecção e divulgação, os economistas só se utilizam de poucas cores disponíveis em sua paleta de tintas. Eles acompanham poucos agregados macroeconômicos na Arte da Tomada das Decisões Práticas de Política Econômica.

### **Conclusão: Arte da Economia**

“Tal como a maioria dos assuntos aparentemente impenetráveis, a arte assemelha-se a um jogo; só precisamos conhecer as regras e os regulamentos básicos para que o antes desconcertante comece a fazer algum sentido”, afirma Gompertz, no livro *Isso É Arte?* (2013). Aplicamos os ensinamentos dessa leitura estimulante neste artigo.

Assim como na Arte da Economia, quando se trata de apreciar e usufruir Arte Moderna e Contemporânea não é o caso de decidir se ela é em alguma medida boa ou não, mas compreender como ela evoluiu. “A arte ajudou a transformar o mundo e o mundo ajudou a transformar a arte. Cada movimento, cada ‘ismo’, está intricadamente conectado, um levando a outro como os elos em uma corrente. Mas todos eles têm suas próprias abordagens individuais, estilos distintos e métodos de fazer arte, que são o ponto culminante de uma ampla variedade de influências: artísticas, políticas, sociais e tecnológicas” (Gompertz, 2013, p. 17).

A Academia cumpre, de maneira ortodoxa, o dever auto imposto de proteger a rica herança neoclássica, mas torna-se irremediavelmente retrógrada quando se trata de abrir novas perspectivas. As correntes econômicas evoluíram assim como os movimentos artísticos. Alguns teóricos foram para a arte conceitual – e não voltaram...

Estes teóricos defendem que a arte está na *ideia*, não na manipulação do *objeto*. Ao proporem que *uma ideia* é mais importante que *o meio*, privilegiando assim o raciocínio sobre a técnica, terão eles obstruído as Escolas de Pensamento Econômico com dogmas, tornando-as amedrontadas e desdenhosas em relação à habilidade técnica? Ou fizeram a arte da tomada de decisões práticas se emancipar do misticismo e da ideologia, permitindo-lhe florescer e desencadear uma revolução intelectual inspirada no iluminismo? Mas tiveram a capacidade, posteriormente, de abandonarem o império do racionalismo e aproximarem-se mais do conhecimento dos interesses diversos e das emoções insuperáveis na “hora da decisão”?

O trabalho de um teórico não é proporcionar prazer estético – modeladores vivem para isto –, mas afastar-se do mundo real e tentar compreendê-lo ou comentá-lo por meio da apresentação de ideias sem nenhum propósito funcional imediato além de si mesmas. Mas o artista na tomada de decisões práticas, (in)formado por essas teorias, tem de baixar o nível de abstração para a realidade mais concreta, reincorporando os conflitos mundanos, para contemplar interesses diversos com os efeitos decorrentes.

O *policy-maker* é o homem-que-vaga-pela-cidade: “observador, filósofo, *flâneur* – a multidão é seu elemento”. Dotando-se da capacidade de ver, possuir o poder de expressão, esse artista da Economia busca encontrar o permanente na vida social. Extraí-la do eterno transitório. O objetivo essencial dessa arte é captar o universal no cotidiano, que é específico a seu aqui e agora: *o presente*. Necessita mergulhar no dia a dia da vida econômica: observar, pensar, sentir, registrar, por fim, decidir.

*Impressionismo* foi o mais famoso movimento artístico a ganhar forma desde o Renascimento. Nele, há muito pouco detalhe. Trata-se, na verdade, de uma impressão do que o artista viu. *Neoclassicismo* é a mais famosa corrente de pensamento econômico a ganhar forma desde o Iluminismo. Tem uma vaga impressão do mundo real.

Assim como a noção predominante de que a pintura impressionista é para ser experimentada, não somente olhada, exige-se da corrente neoclássica uma experimentação. O impressionismo era toscamente pintado, vivamente colorido, rapidamente executado, e tinha por tema a burguesia moderna. Este é o eterno tema do neoclassicismo: o burguês camuflado sob a roupagem do *Homo Economicus*.

A arte dos impressionistas tornou-se, no século XIX, a arte do mundo moderno. Paralelamente, a arte dos neoclássicos tornou-se a arte do mundo racionalista.

Nos anos 1880, a Ciência estava mudando a vida dos pintores. Acreditava-se que tudo podia ser descrito pela Ciência, mesmo quando se tratava de fazer Arte. A Economia recebia o mesmo impacto. Buscava transformar a complexidade em simplicidade, simplificando o complicado, deslindando a confusão e complexidade inerentes de seu objeto, unificando-o em um modelo abstrato em que forma e função se combinam em estética harmonia.

É o tipo de simplicidade que o artista e o economista, ao longo de todo o século XX, esforçaram-se por atingir. Uma preocupação muito difundida no seio da vanguarda intelectual dos economistas é como criar ordem e progresso no mundo por meio de algo tão ambígua quanto a Arte da Economia.

O que a Economia moderna precisava, pensavam os neoclássicos, era combinar o liberalismo dos velhos mestres da Economia Política clássica com o estudo da Matemática e da observação estatística tal como o empreendido pelos físicos. Talvez tenha sido a Aritmética que induziu muitos dos economistas de hoje a abandonar a arte figurativa, tendo concluído que uma única equação pode apreender a realidade melhor que qualquer observador.

No entanto, uma equação não pode resumir o comportamento de um ser humano, sempre faltará alguma coisa. Um modelo abstrato simula uma fração de segundo no tempo, captada por uma mente racional. Em contraposição, a observação comportamental é, de fato, a culminação de dias, semanas e, no caso de muitos economistas, de anos de contemplação de um único tema complexo: a diversidade dos comportamentos humanos e a auto organização sem autoridade central.

É o resultado de vastas quantidades de informação armazenada, experiência, anotações e estudos que finalmente se revelaram em uma obra de arte acabada. Em decorrência da natureza dos seres humanos, podemos todos olhar a mesma vista, mas não vemos exatamente a mesma coisa. Dotados de um simples modelo abstrato, do mesmo ponto de vista neoclássico, todos os economistas tirariam a mesma foto...

Vemos as coisas que nos parecem interessantes e ignoramos as que não parecem. Levamos nossas misturas únicas de preconceitos, experiências, gostos e conhecimento para qualquer situação dada, definindo a maneira como interpretamos o que está diante de nós. Não há objetividade de modelo neoclássico que supere a subjetividade dos interesses do analista e tomador de decisões práticas.

*Ver não é acreditar, é questionar.* Foi essa intuição filosófica que vinculou o fim da Idade da Razão iluminista com o modernismo do século XX e com a arte do século XXI. Foi a intuição que mudaria a face da arte. A genialidade não é apenas simples, mas também assombrosamente óbvia.

O problema com a arte da modelagem neoclássica com base no referencial liberal clássico é que ela não representava o modo como realmente vemos a sociedade, que não é só de uma única perspectiva. É, pelo menos, das perspectivas de duas classes sociais, segundo os marxistas, ou de quatro castas (e inúmeras subcastas, fora os párias), segundo o éthos de cada ocupação.

Multiplicar as perspectivas representa o ganho da verdade. É assim que nos vemos.

O desafio atual da Arte da Economia é elaborar uma composição dos diferentes ângulos de que todos nós desfrutamos ao analisar uma cena social. Ela tenta transmitir uma outra verdade sobre o modo como assimilamos informação visual. Se vemos um conjunto, não “lemos” o que está diante de nós como coisas ou seres individuais, mas sim registramos uma unidade singular: um agrupamento, uma classe ou uma casta. Isso significa que o plano global de todo o quadro – o Sistema Complexo – é mais importante que as partes componentes, embora aquele resulte das interações destas.

A combinação de olhares lançados sobre um tema a partir de mais de um ângulo com a tentativa de unificar uma composição leva a um aumento da

quantidade de informação analítica fornecida. Ocorre em prejuízo da ilusão do espaço bidimensional dos tradicionais gráficos de correlações entre variáveis, representadas em apenas dois eixos, por exemplo, valor-tempo ou valor-quantidade. Obscurecem-se as correlações espúrias com um terceiro elemento, o que exigiria ao menos uma perspectiva tridimensional. Idealmente, chegar-se-ia ao cubismo.

Para os artistas hábeis na tomada de decisões práticas, os elementos individuais e as configurações do conjunto são como notas musicais que eles arranjam, meticulosamente, para produzir um som harmonioso – cada decisão suas conduzindo à seguinte, e trabalhando em combinação com ela. É uma abordagem que requer bastante planejamento.

O artista econômico tem de se empenhar em criar uma composição rítmica, racional. Os interesses dos agentes econômicos e o modo como eles se combinam, espelham e se complementam, mutuamente, devem ser todos cuidadosamente considerados, não se medindo esforços em aplicar a Teoria da Aleatoriedade e a Ciência da Complexidade.

Ele pensa que os economistas neoclássicos não estão sendo suficientemente objetivos. A seu ver, falta-lhes rigor em sua busca de realismo. Volta-se, então, para a Ciência da Complexidade em busca de ajuda para resolver a questão. Mas pode também voltar-se para a Natureza, ou seja, inspirar-se na Economia Evolucionária. Ou para a Sociedade, inspirando-se em Economia Institucionalista. E para a Mente Humana, incorporando a Economia Comportamental.

Ainda no início de sua jornada em busca de acrescentar um novo elo à Arte da Economia, produzida anteriormente com *academicismo* – adoção de ideias e atitudes especulativas sem efeito prático –, os economistas multidisciplinares entreabriram, finalmente, a porta para o *modernismo*. Não será mais possível fechá-la. Afirma Gompertz, no livro *Isso É Arte?* (2013): “o grande poder das ideias é que não é possível desinventá-las”.



## **Bibliografia**

BENTHAM, Jeremy (1789). Vida e Obra (Consultoria: José Américo Motta Pessanha). *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

BLAUG, Mark. *Metodologia da Economia – ou Como os Economistas Explicam*. São Paulo, Edusp, 1993.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Economia em 10 Lições*. São Paulo; Makron Books; 2000.

GOMPERTZ, Will. *Isso É Arte?* Rio de Janeiro; Editora Zahar; 2013.

HAUSMAN, Daniel (edited by). *The Philosophy of Economics: an Anthology*. Cambridge University Press, 2nd ed., 1994. Chapter 9, pp. 180-213.

HUNT, E. K. & LAUTZENHEISER, Mark. *História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica - 3ª Ed.* Rio de Janeiro; Elsevier – Campus; 2013.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de Economia: Tratado Introdutório*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

McCLOSKEY, D. N. *The rhetoric of economics* (original de 1983). Arida, Pérsio. A história do pensamento econômico como teoria e retórica (original de 1984). in Rego, José Márcio (org). *Retórica na Economia*. São Paulo; Editora 34; 1996.

MILL, John Stuart (1843). Vida e Obra (Consultoria: José Arthur Giannotti). *Sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos*. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

PRIESTLAND, David. *Uma Nova História do Poder: Comerciante, Guerreiro, Sábio*. São Paulo: Companhia das Letras; 2014.

QUESNAY, François. *Quadro Econômico dos Fisiocratas*. São Paulo; Abril Cultural; 1983.

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de Economia Política*. São Paulo; Abril Cultural; 1983.

SCHUMPETER, Joseph (1954). *História da análise econômica*. Parte III – De 1790 a 1870. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1964. Vol. 2.

SMITH, Adam (1759). Biografia Crítica por Dugald Stewart. *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação sobre a Natureza e suas Causas*. São Paulo; Abril Cultural; 1983 (original de 1776).

STRATHERN, Paul. *Uma Breve História da Economia*. Rio de Janeiro; Zahar; 2003.

Vários autores. *O Livro da Ciência*. São Paulo; Globo Livros; 2014.

Vários autores. *O Livro da Economia*. São Paulo; Globo Livros; 2013.

Vários autores. *O Livro da Filosofia*. São Paulo; Globo Livros; 2011.

Vários autores. *O Livro dos Negócios*. São Paulo; Globo Livros; 2014.

Vários autores. *O Livro da Política*. São Paulo; Globo Livros; 2013.

Vários autores. *O Livro da Psicologia*. São Paulo; Globo Livros; 2012.

Vários autores. *O Livro das Religiões*. São Paulo; Globo Livros; 2014.

Vários autores. *O Livro da Sociologia*. São Paulo; Globo Livros; 2015.

VEBLEN, Thorstein (1899). Apresentação de Maria Hermínia Tavares de Almeida. *A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

WALRAS, Léon. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.